



**Os Entornos do  
Itapiracó**  
& Outros Estudos Ambientais

**José Neres**

# OS ENTORNOS DO ITAPIRACÓ & OUTROS ESTUDOS AMBIENTAIS

© 2022 Copyright by José Neres

Todos os direitos reservados a José Neres e seus herdeiros legais

joseneres.letras@gmail.com www.joseneres.com

**Digitação, projeto gráfico, diagramação e capa**

José Neres

**Revisão Final**

Gabriel Barros Neres

**Imagens**

Arquivo pessoal do autor / internet



---

J443o Neres, José, 1970-

Os entornos do Itapiracó e outros estudos ambientais  
/ José Neres. – São Luís: Edição do Autor, 2024.

178p. 21 cm

ISBN: 978-65-00-90471-0

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental. 3. Artigos I.  
Título.

CDD: 304.2

CDU: 929.5

---

Este e-book pode ser livremente compartilhado por todos os meios físicos e eletrônicos, desde que as fontes e autora sejam preservadas e devidamente identificadas.

JOSÉ NERES

**OS ENTORNOS DO ITAPIRACÓ  
&  
OUTROS ESTUDOS AMBIENTAIS**

São Luís - 2024



A meus professores do Doutorado em Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Regional da Anhanguera-Uniderp

Gilberto Luiz Alves  
Cléber José Rodrigues Alho  
Sílvio Fávero  
José Sabino  
José Francisco Reis Neto  
Neiva Maria Robaldo Guedes  
Ademir Kleber Morbeck de Oliveira  
Rosemary Matias  
Mercedes Abid Mercante  
Sandino Hoff  
Daniel Massen Frainer  
Vera Lúcia Ramos Bononi  
Celso Correia de Souza  
Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas

Aos meus colegas de turma, permanentes ou transitórios,  
mas sempre essenciais:

Helone Faray  
Gabriel Nava  
Gláuber Túlio  
Simone Mamede  
Maria Selma Rodrigues  
Ildenice Monteiro  
Janis Faker  
Daniel Rocha Pereira  
Mireilly Marques Rezende  
Maristela Benites  
Eliane Dilkin



# SUMÁRIO

---

---

- [09]..... Apresentação
- [13]..... Por uma Educação Ambiental
- [17]..... Educação ambiental e literatura
- [27]..... Literatura e educação ambiental
- [33]..... Reflexões sobre sustentabilidade em Turismo
- [49]..... Descarte irregular de resíduos sólidos nos entornos da reserva ambiental do Itapiracó em São Luís (MA): um caso de educação ambiental e de saúde pública
- [71]..... Apanhados do lixo: uma leitura de textos literários pelo prisma da Legislação Ambiental Brasileira

**[93]**..... Alguns custos invisíveis do uso inadequado de recursos hídricos

**[111]**.....ENTRE ACLIVES E DECLIVES: um breve olhar sobre o passado e o presente do povoado de Santa Fé, em Pastos Bons

**[143]**.....Gestão, arte e ambiente: uma breve revisão de literatura

**[157]**.....A consciência ambiental na poética de Alex Brasil

**[177]**..... Sobre o autor



# APRESENTAÇÃO

---

---

**P**ara muitas pessoas, as questões ambientais não passam de modismos ou de notícias que se esvaem com o tempo e que são solapadas por tantas outras manchetes consideradas mais urgentes e importantes para determinado momento. No entanto, não há como alguém não se sentir horrorizado diante de imagens e/ou de descrições como as que mostraram desastres ocorridos em Petrópolis (2022), Maranhão (2020), Brumadinho (2019), Mariana (2015), Região Serrana do Rio de Janeiro (2013), Cataguases (2003), Baía da Guanabara (2000), Goiânia (1987), Vila Socó (1984), sem falar que a cidade de Cubatão (SP) já foi considerada a cidade mais poluída do mundo no início da década de 1980.

Não se pode negar que por trás de todos esses problemas ambientais está sempre a ação humana somada às ingerências administrativas e muitos descasos para com o presente e o futuro de toda a humanidade. Uma das possíveis soluções para amenizar os efeitos da atuação antrópica sobre o planeta

seria dar uma atenção maior às questões ambientais em todos os âmbitos da sociedade, principalmente nas escolas, chamando a atenção das novas gerações para problemas como uso inadequado da água, poluição, descarte irregular de resíduos sólidos, ocupação do espaço rural e urbano, turismo sustentável, uso de agrotóxicos e muitos outros que podem impactar as relações do ser humano com o ambiente.

É necessário que haja um processo de sensibilização das pessoas para que males maiores sejam evitados. O planeta já encontra dificuldades para se recuperar das constantes agressões dos quais vem sendo vítima ao longo dos vários séculos de presença dos seres humanos e suas constantes investidas em busca de um conforto que, quase sempre, não respeita os demais elementos desse complexo ecossistemas do qual somos apenas mais uma peça em uma infinita engrenagem.

Todos os esforços para tentar minimizar os efeitos negativos das atividades antrópicas são válidos e, de alguma forma, passam tanto pela educação formal quanto pela informal, pela conscientização de que a vida de todos depende do uso racional dos recursos naturais e pelo respeito aos demais elementos da grande cadeia que favorece a vida na Terra.

É pensando nisso que muitas pessoas dedicam parte de seu tempo à produção e reprodução de livros, artigos, *cases*, monografias, dissertações, teses, documentários, filmes, músicas, esculturas, pinturas, peças teatrais e tantas outras manifestações científicas e artísticas que visam alertar a população

para os efeitos danosos de uma corrida desenfreada rumo ao progresso, mas sem as devidas providências que favoreçam à sustentabilidade do planeta e de seus habitantes.

É preciso sempre ter em mente que mesmo as atitudes consideradas pontuais (como fechar uma torneira, desligar um ponto de energia elétrica que não esteja sendo utilizado, plantar uma árvore, evitar desperdício de alimentos, abrir uma janela para deixar o ar circular, deixar o veículo automotor e fazer um trajeto a pé ou de bicicleta, depositar o lixo em um local adequado ou mesmo tentar convencer outras pessoas a tomarem atitudes ambientalmente saudáveis) podem ter um efeito benéfico em escala global.

Foi pensando nisso que reunimos neste e-book alguns trabalhos elaborados, apresentados e/ou publicados entre os anos de 2016 a 2020, período em que cursamos o doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional na Uniderp, em Campo Grande (MS), além de outros escritos posteriormente. Foi um momento de muitas aprendizagens e inquietações acerca da relação Homem-Natureza-Ambiente. Ficaram de fora deste rol, alguns trabalhos assinados em parceria e outros que ainda estão em processo de avaliação em revistas especializadas.

Como pode ser visto ao longo dos artigos, em nossa perspectiva prática e teórica, existem diversas possibilidades de diálogo entre temas predominantemente ambientais e outras áreas do conhecimento, como literatura, arte e história,

por exemplo.

Como modo de contribuir com o ambiente, este trabalho não terá forma física, vindo a circular apenas pelos meios eletrônicos.

# POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL <sup>1</sup>

---

---

**D**urante muito tempo, o homem acreditou que os recursos naturais, dos quais sempre retiramos todos os elementos essenciais para nossa sobrevivência e bem-estar, fossem inesgotáveis. Porém, o rápido crescimento populacional e as conseqüentes explorações desordenadas desses recursos acabaram provando que aquela antiga concepção estava equivocada: a natureza também tem seus limites.

A presença do homem na Terra, quando comparada à de outros seres, é ínfima. Contudo, bastaram aproximadamente 300 mil anos para que o ser humano se espalhasse pelo planeta, subjugasse as demais espécies, criasse os mais variados artefatos, explorasse, poluísse e/ou devastasse rios, mares, florestas e campos em geral, levando todo o sistema à beira de um colapso. Toda essa pouco harmoniosa relação do

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado inicialmente no Jornal O Estado do Maranhão em 17 de julho de 2017 e posteriormente foi reproduzido no livro *Azulejos em Papel Jornal*, em 2019, de nossa autoria.

homem com o meio ambiente acabou acarretando um desequilíbrio ecossistêmico extremamente maléfico para todas as partes envolvidas no processo.

Todavia, nem todas as pessoas estão interessadas nesse assunto e muita gente continua com a ideia fixa de que os recursos naturais podem ser explorados infinitamente sem maiores conseqüências para a sociedade. O que fazer então?

Muitas são as atitudes individuais e coletivas a serem tomadas para evitar-se que os problemas ambientais se tornem irreversíveis. Mas praticamente todas essas possíveis soluções ou medidas mitigadoras perpassam pela sensibilização ecológica, pela conscientização ecossistêmica e também pela educação ambiental.

Contudo, em muitas cabeças ditas pensantes e atuantes, ainda impera o mito de que a educação ambiental é algo aplicável apenas nos momentos iniciais dos estudos escolares. Tais pessoas esquecem-se de que o ser humano é capaz de ensinar e de aprender em todas as fases do ciclo vital. E isso vale também para a mudança de comportamento e de atitudes com relação ao ambiente.

Assuntos como alterações climáticas, poluição, descarte de resíduos sólidos, consumo desordenado, extinção de espécies, degradação ambiental, desmatamento, biopirataria, uso inapropriado da água e tantos outros que têm reflexos, imediatos ou não, na qualidade de vida das comunidades e na busca de bem-estar coletivo devem fazer parte das discussões

cotidianas e precisam estar inseridos nos currículos de todos os níveis de ensino, como já está previsto em diversos dispositivos legais.

Porém as autoridades constituídas não podem cair na tentação, como já foi diversas vezes proposto, de transformar educação ambiental em uma nova disciplina a ser lecionada em sala de aula, com todas as burocracias inerentes às “matérias” tradicionais. Ela é, e deve continuar sendo, um dos temas transversais a serem discutidos e trabalhados por docentes, discentes, gestores, família e sociedade e geral em todos os momentos e em todos os lugares, utilizando-se de todos os meios disponíveis para mostrar os riscos que corremos caso nada seja feito para resolver ou pelo menos mitigar os muitos problemas ambientais que trazem transtornos para a população.

Esse aspecto da transversalidade permite que todos os professores, não importando a formação de origem, possam imiscuir em seus planejamentos texto, atividades e projetos que tenham como finalidade sensibilizar a comunidade em geral para o que está acontecendo com o planeta e conscientizar todos os atores envolvidos no processo sobre os danos ambientais oriundos tanto de ações isoladas como das coletivas, bem como despertar o interesse de pessoas de diferentes faixas etárias e graus de instrução sobre o que fazer para minimizar os danos que já foram causados e que continuam ocorrendo no ecossistema.

Educação ambiental é mais que um modismo efêmero.  
É uma questão de sobrevivência para todos nós.



# EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LITERATURA<sup>1</sup>

---

---

## A TERRA PEDE SOCORRO

**N**a chamada Hipótese Gaia, defendida pelo conceituado e polêmico cientista norte-americano James Lovelock<sup>2</sup>, o planeta Terra pode ser comparado a um corpo no qual cada parte está interligada a outra, formando um todo que deve ser harmônico. Cada parte avariada de Gaia, como ele chama o planeta Terra,

---

1 Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Literatura Conhecimento Prático*, em janeiro de 2018

2 Nascido em 1918 e falecido em 2022, o cientista e inventor britânico James Ephraim Lovelock é um dos mais conhecidos estudiosos das relações ambientais no mundo, principalmente com relação ao aquecimento global. Ele defende a ideia de que Terra deve ser vista como um sistema em que tudo está interligado. Dessa forma, cada dano causado ao planeta não se restringe a esse ponto afetado, tendo, portanto, consequência em todo organismo, que tende a falecer por conta dessas constantes agressões. Essa sua concepção ficou conhecida como Hipótese de Gaia.

pode comprometer o sistema como um todo, podendo levar à necrose de algum órgão ou mesmo levar todo o organismo a óbito.

Nas últimas décadas, a Terra tem se ressentido dos abusos que vem sofrendo ao longo de sua história. O consumismo e a busca constante de fontes fósseis de combustíveis fizeram com que matérias que estavam esquecidas fossem retiradas do seio da Terra e transformadas em diversos produtos que, apesar de aparentemente facilitarem a vida do ser humano trazendo-lhe progresso, emitem poluentes e colocam em risco a própria existência das pessoas.

Ora de forma silenciosa, ora de modo brusco, a Terra pede socorro a todos os habitantes do planeta. Ela está enferma e implora por ajuda. Alguns dos sintomas são bem visíveis: temperatura se altera de modo nem sempre sutil, os rios secam, florestas são devastadas, animais são extintos ou emigram para lugares distantes, cidades tomam espaços que antes eram virgens, matérias orgânicas são descartadas sem nenhuma preocupação prejudicando a natureza...

Em nome de um aparente progresso, os habitantes da Terra maltratam o meio ambiente, ameaçam a integridade de todo o ecossistema e potencializam problemas que podem levar todo o planeta a um colapso em algumas décadas.

A Terra pede socorro, mas parece que poucos são ou ouvidos treinados para perceberem a gravidade da situação, raras são as cabeças capazes de pensar um desenvolvimento baseado na sustentabilidade e raríssimas são as mãos que tentam transformar projetos em algo efetivo e prático. Mas pelo

menos algo tem sido feito...

## **NÃO NOS AFASTEMOS, VAMOS DE MÃOS DADAS**

Mesmo pouco disseminada, a ideia de que o planeta estava sofrendo e de que em um tempo relativamente curto a raça humana poderia ser exterminada ou pelo menos drasticamente reduzida começou a chamar a atenção de diversos estudiosos e ativistas das causas ambientais. Para tentar reduzir os impactos das ações antrópicas sobre o ambiente e também para tentar amenizar situações prestes a atingir os limites aceitáveis pela natureza – como, por exemplo emissão de gases na atmosfera, descarte desordenado de resíduos e desperdício de recursos hídricos – desde o final da década de 60 do século XX vêm sendo realizados encontros, congressos debates e outros eventos que busquem preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a vida na Terra.

Segundos diversos estudiosos, os primeiros alertas de cunho científico sobre as precárias condições do planeta foram dados em 1968 pelo chamado Clube de Roma<sup>3</sup>, quando seis importantes aspectos que punham em risco a vida no planeta foram discutidos. Foi somente quatro anos depois, em

3 O chamado Clube de Roma foi fundado em 1966 pelo empresário italiano e pelo cientista escocês Alexander King com o objetivo principal de discutir assuntos relacionados à economia, ao meio ambiente e a um desenvolvimento que fosse social, ecológica e economicamente sustentável. Os seis aspectos discutidos no Clube de Roma foram os seguintes: 1) explosão demográfica, 2) macrocontaminação, 3) uso descontrolado de energia, 4) desequilíbrio econômico entre países, 5) crise de valores, 6) crise política.

Estocolmo, durante a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, que a expressão Educação Ambiental começou a ser utilizada de forma corrente, dando origem a um novo segmento de estudos que se preocupam não apenas com a preservação ambiental, mas também com a existência harmônica entre o homem e todos os demais elementos do ecossistema.

Em 1977, foi assinado o Tratado de Tbilisi, um documento que determina que “a educação ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis, no âmbito do ensino formal e não formal”, pedindo também que os meios de comunicação e a toda a comunidade internacional contribuam com uma política educacional que promova a proteção do meio ambiente. Nessa mesma linha de pensamento, foi assinado no Rio de Janeiro, em 1992, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, no qual, além de declarar que a educação ambiental deve ser pautada em um pensamento crítico, em uma perspectiva holística e que ela não é uma atividade neutra, mas sim um ato político, fruto de uma ideologia.

No âmbito nacional, a Constituição de 1988 deu um importante passo ao dedicar todo o artigo 225 à defesa do meio ambiente, instituindo que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Complementando esse artigo da Constituição, a Lei nº 9.795/1999 dispôs sobre a Educação Ambiental e motivou a criação da chamada Políti-

ca Nacional de Educação Ambiental, que reconhece a Educação Ambiental como “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo de caráter formal e não formal”.

Outro avanço deveras importante para os estudos ambientais deu-se quando houve a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Juntamente com temas como ética, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural, o meio ambiente recebeu um destaque especial sendo tratado com tema transversal que deve fazer parte do planejamento de todas as disciplinas da estrutura curricular. Porém, infelizmente, alguns profissionais da educação pensaram que os estudos relativos ao meio ambiente deveriam ser exclusivamente estudados em disciplinas como Geografia e Ciências/Biologia, o que restringiu um pouco as possibilidades de ampliar e tornar o tema verdadeiramente transversal.

Tais avanços e eventos foram, e são, muito importantes para que a conscientização ambiental saísse do campo da abstração e passasse a fazer parte do cotidiano de todos, mesmo que de forma nem sempre tão evidente. Desse modo, não resta dúvida de que os textos literários podem ser utilizados como ponto de partida ou como rota para despertar nos educandos o interesse pelo meio ambiente em seus mais diversos aspectos.

## **LITERATURA PARA AJUDAR A SALVAR O PLANETA**

Mas como as letras podem ajudar o planeta a sair dessa situação difícil pela qual está passando? Conforme foi dito anteriormente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao discutirem o Meio Ambiente como um dos temas transversais, já deixam explícito que o texto poético pode servir como parceiro no processo de desenvolver no educando uma consciência ecológica e um desenvolvimento sustentável.

Deve-se levar em consideração que não é apenas o simples fato de citar elementos da natureza do desenrolar do texto o suficiente para fazer da obra literária um trabalho de cunho ecológico ou capaz de despertar no leitor a sensação de responsabilidade ambiental. Mesmo com as particularidades de cada lugar ou de cada região, o estilo do autor e o contexto histórico no qual a obra foi produzida devem ser respeitados, analisados e levados em consideração, há de se notar que existe um tônus universalizante que permeia a o eixo das necessidades de preservação ambiental ou de qualquer outra ideologia a ser defendida.

Em diversos momentos da história da literatura, a natureza teve papel preponderante nos textos dos mais variados autores. Para ficar em apenas duas estéticas literárias, é possível perceber-se que sempre foi muito comum poetas utilizarem a natureza como pano de fundo para o desenrolar das ações e como moldura bucólica dos cenários (estética *árcade*) ou como espécie de reflexo das emoções e das impressões

do homem com relação à internalização/externalização de seus sentimentos (estética romântica). Contudo nem sempre é possível perceber alguma preocupação com proteção, preservação, conservação, recuperação ou degradação do meio ambiente, ou seja, em casos assim havia mais a necessidade de citar palavras relativas à natureza do que desejo de manter esses elementos naturais para as gerações futuras.

Contudo muitos escritores utilizaram, pelo menos em alguns momentos, sua criação literária como bandeira de luta e arma pela defesa do planeta Terra. Tais escritores perceberam que poderiam usar a arte para despertar a consciência das pessoas com relação ao que vem acontecendo com a Terra após muitos séculos de malversação dos recursos naturais, de descartes inadequados dos produtos que deixaram de ter serventia para determinada pessoa ou grupo social e de ocupação irregular de lugares que deveriam ser preservados.

No entanto, em alguns momentos, o escritor não se preocupa apenas em alinhar suas rimas ou suas imagens poéticas no papel. Às vezes, os versos têm a função também de despertar nos leitores uma sensação de pertencimento não apenas ao campo como atividade topofílica, mas principalmente à natureza e a todas as formas de vida, trazendo à tona também o sentimento de biofilia<sup>4</sup>, ou seja, uma espécie de

---

4 neologismo formado a partir de bio (vida/natureza) e philia (amor/satisfação). Esse termo ficou bastante conhecido depois que o entomologista e biólogo norte-americano Eduard Wilson publicou, em 1984, um livro intitulado Biofilia. De modo geral, essa palavra remete à necessidade que o ser humano tem de reconectar-se com a natureza, respeitando o meio ambiente e sentindo-se satisfeito em fazer parte desse sistema.

conexão com a natureza e a certeza de que fazemos parte de um sistema no qual todas as formas de vida são importantes. É o que ocorre, por exemplo no poema abaixo, de Patativa do Assaré<sup>5</sup>.

MINHA SERRA

Quando o sol nascente se levanta  
Espalhando os seus raios sobre a terra,  
Entre a mata gentil da minha serra  
Em cada galho um passarinho canta.

Que bela festa! Que alegria tanta!  
E que poesia o verde campo encerra!  
O novilho gaiteia a cabra berra  
Tudo saudando a natureza santa.

Ante o concerto desta orquestra infinda  
Que o Deus dos pobres ao serrano brinda,  
Acompanhada da suave aragem.

Beijando a choça do feliz caipira,  
Sinto brotar da minha rude lira  
O tosco verso do cantor selvagem.

O poema de Patativa do Assaré pode ser lido e trabalha-

---

<sup>5</sup> Pseudônimo literário de Antônio Gonçalves da Silva, poeta, compositor e repentista que nasceu em Assaré, em 1909, e faleceu na mesma cidade, em 2002. Poeta de grande musicalidade, de vocabulário simples, mas cheio de vivacidade e com grande interesse por cantar a vida e os sofrimentos do homem do sertão, ele se tornou um dos mais populares escritores do Brasil no século XX. Patativa do Assaré publicou diversos livros, com destaque para *Cante lá que eu canto cá* (1978), *Ispinho e Fulô* (1984) e *Aqui tem Coisa* (1994).



do com estudantes de qualquer escolaridade e/ou faixa etária, cabendo ao professor saber explorar as diversas nuances, pois muito mais do que citar elementos da fauna e da flora, o eu lírico deixa explícita a sensação de bem-estar que emana dessa relação do homem com a natureza e que ela faz bem para ele. De modo implícito, é possível perceber que ele não quer se desfazer desse patrimônio que vai além da materialidade das coisas.

Mas não são apenas textos poéticos que podem ser utilizados para motivar os educandos para uma discussão sobre meio ambiente e/ou sustentabilidade. Muitas obras em prosa podem servir a esse propósito, como é o caso do conto *Lixo, Lixado*, de Mia Couto, de *Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada*, de Maria Carolina de Jesus ou ainda de *O Alucinado Som de Tuba*, de Frei Betto, excelentes obras que trabalham a relação do homem com o ambiente, o descarte de produtos e as relações sociais. Pois, quando se fala de educação ambiental, é essencial que a figura humana não seja esquecida.

Os autores acima citados e muitos outros podem ter seus textos explorados por professores das mais variadas disciplinas a fim de tentar levar os alunos a perceberem que algo pode ser feito para salvar a Terra de uma possível devastação. Os textos literários, tanto em prosa quanto em verso, são fontes inesgotáveis de temáticas que podem levar os alunos a uma reflexão sobre as relações do homem com o ambiente, bem como com as diversas possibilidades de um desenvolvimento que seja sustentável e que seja bom para todas as partes envolvidas no processo.

LIXO  
NÃO

# LITERATURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL<sup>1</sup>

---

---

**N**o início do quadragésimo quarto soneto do livro “*De lavra e de palavra*”, o poeta José Chagas,<sup>2</sup> em seu estilo bastante peculiar de mesclar a beleza de suas rimas com as durezas de uma crítica social eivada de ironias, adverte que:

O que se come vem da terra bruta,  
em forma de raiz, de folha ou grão,  
pois a força da terra é que executa  
a batata, a verdura, o milho, o pão (pág. 78)

Ou seja, o homem precisa da terra para alimentar-se

---

1 Artigo publicado inicialmente em nossa coluna no site Região Tocantina, em novembro de 2023.

Detalhe da imagem da página anterior. Foto tirada pelo autor deste e-book na região perimetral da Apa do Itapiracó, em dezembro de 2023.

2 Poeta, político e músico paraibano que viveu durante décadas em terras maranhenses. José Francisco das Chagas nasceu em 1924 e faleceu em 2014, pouco antes de completar 90 anos.

e manter-se vivo. Porém, o poeta, mais adiante em seu livro, chama a atenção para um fato inconteste e demonstra que o ser humano, apesar de dependente dos recursos naturais oferecidos pela terra, não tem muito compromisso com o futuro. Diz o poeta paraibano que:

[...] o homem destrói, com alegria,  
aquilo que lhe dá satisfação,  
como se a natureza, tão sadia,  
tudo quanto fizesse fosse em vão  
e a terra não valesse a poesia  
que até os próprios animais nos dão (pág. 109)

Os resultados da interferência antrópica sobre o ambiente são facilmente perceptíveis mesmo para quem não se interessa diretamente pelo assunto. Queimadas, exploração irregular de madeira e de outros recursos, descarte irregular de resíduos sólidos, desperdício de recursos hídricos, uso irracional de combustíveis fósseis, poluição do ar, dos solos, dos rios e dos mares, falta de cuidado, de conservação e de preservação para com os ambientes construídos, uso desordenado de defensivos agrícolas, contrabando de espécimes raros e degradação dos elementos naturais são apenas alguns dos efeitos visíveis da conflituosa relação do homem com o ambiente.

Mas, diante desse quadro assustador no qual a demanda por bens de consumo vem tornando nossa pegada ecológica cada vez mais visível e com efeitos praticamente irreversíveis, o que deve ser feito? Apenas esperar que todos os recursos naturais atinjam seu grau máximo de saturação? Acreditar que

isso é assim mesmo e que nada mais pode ser feito? Contribuir para a aceleração do processo de desgaste ambiental, como se nenhuma relação tivéssemos com suas causas e suas consequências? Tentar preparar as novas gerações para uma relação mais racional com o ambiente?

Provavelmente a última opção é a mais desejável e a única capaz de trazer algum alento para a humanidade. Mas tudo depende de tomadas de decisão no campo educacional. Tudo depende de sensibilizar as pessoas para que elas percebam que conservar e preservar são verbos que precisam sair do campo da teorização acadêmica e atingir um efetivo grau de praticidade.

Não se trata de deixar apenas nas mãos dos professores de Biologia e de Geografia a tarefa de despertar o senso de pertencimento dos alunos com relação ao ambiente que rodeia cada um de nós. Todos os professores, de todas as disciplinas do currículo escolar, podem contribuir para a conscientização de que é preciso, essencial e urgente fazer algo para mitigar os danos que já foram causados pela ação do ser humano sobre o planeta e evitar que novos males se tornem irreversíveis.

Para que essa sensibilização surta os efeitos desejados, os profissionais de educação, de todas as modalidades e de todos os níveis, podem recorrer a diversos recursos didáticos, que vão desde as letras de música até o uso de imagens artísticas (pinturas, filmes, documentários, quadrinhos etc.), passando também pela leitura de obras literárias que foquem ou pelo menos remetam a questões ambientais.

Há uma infinidade de textos (contos, poemas, peças teatrais, romances) que podem ter suas transversalidades exploradas em sala de aula. Mas, claro que essas leituras não podem servir apenas como um ornamento estético durante os encontros. Elas devem estimular o alunado rumo a uma reflexão sobre o que é feito no dia a dia tanto nas instituições escolares, quanto nas próprias residências e em seus entornos. Quais as ações de cada pessoa que levam a desperdícios de água, de energia elétrica, de alimentos? Quais as formas adequadas de descartar os resíduos? Como evitar a poluição ambiental?... Uma leitura mediada e questionadora pode despertar nos discentes o interesse pela descoberta de algumas soluções práticas que estejam ao alcance de todos e que tenham uma relevância para a comunidade em geral.

Às vezes, causa certo incômodo a descoberta de que, em um mundo movido pela sanha do olhar capitalista:

O pão não é dividido  
por todos de modo igual.  
Questão de boca ou de ouvido?  
De falar ou de ouvir mal?  
(José Chagas, *Antropoema*, pág. 81)

Mas é preciso também saber que, além das belezas poéticas e metafóricas que habitam um texto literário, há algumas verdades inconvenientes que precisam ser ditas e ouvidas para que alguns erros não se repitam. É preciso ter consciência de que também existem:

Indústrias poluindo lago e rio,  
chaminés maculando o azul celeste,  
bombas pondo veneno no ar sadio,  
como se o homem fosse a própria peste,  
lançando à natureza um desafio  
(José Chagas – *De lavra e de palavra*, pág. 111)

Importante saber que a literatura pode funcionar como mais um instrumento em busca de uma conscientização ambiental e de um equilíbrio ecossistêmico, para que todos possam sair ganhando nessa luta desigual.



ESCRITÓRIO DE SÃO PEDRO



# REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE EM TURISMO<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

**E**mbora a palavra “sustentável” só apareça explicitamente cinco vezes em todo o texto da Lei 11.771, promulgada em 17 de setembro de 2008, a noção de sustentabilidade permeia todo esse dispositivo legal, tornando-se essencial para a prática do turismo em toda a sua extensão, seja ele de consumo, gastronômico, de negócio, de aventura, ecológico ou de qualquer outra modalidade.

O objetivo geral deste artigo é dissertar acerca da importância da sustentabilidade para a prática turística, analisando-se o texto da chamada *Lei do Turismo*, que foi promulgada em 2008 e tem servido como elemento norteador dessas atividades, servindo como complemento legal para o artigo 180

---

<sup>1</sup> Artigo inédito

Detalhe da imagem da página anterior. Porto do Vieira, em São José de Ribamar. Foto tirada pelo autor em deste E-book, em 2019.

da *Constituição Federal*, que determina o seguinte: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. (BRASIL, 2001, 108). Como pode ser visto, o artigo constitucional atrela o turismo às questões econômicas e sociais, sem remeter às questões ambientais, que são asseguradas no artigo 225 da Carta Magna do Brasil. No entanto, mesmo sem ser explicitada no artigo 180, a sustentabilidade pode e deve ser compreendida como fator primordial para a preservação, manutenção, conservação e desenvolvimento das áreas utilizadas pelo turismo.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, o foco é o estudo sobre o que vem a ser turismo e sua importância para a cultura, o desenvolvimento social e a economia de uma região. No segundo momento, a discussão central será sobre o conceito de sustentabilidade e sua relação com o turismo. Finalmente, na terceira parte, serão analisados trechos da *Lei do Turismo* que explicitem ou remetam à noção de sustentabilidade e meio ambiente.

## **TURISMO: PRÁTICA ANCESTRAL EM UMA TEORIA MODERNA**

Ao longo da história das civilizações, o homem, seja por imposições climáticas, seja por necessidade de estabelecer novos contatos comerciais/políticos, ou mesmo por mero espírito de curiosidade em busca de novas aventuras e de novos conhecimentos, sempre se deslocou por longas distância,

entrando em contato com diferentes povos, novas culturas e, conseqüentemente, ambientes, concepções de mundo e experiências com as quais nem sempre estava acostumado.

Tal qual aconteceu com o lendário Marco Polo e com tantos outros viajantes, após esse tipo de contato com outras culturas, o aventureiro contaminava a civilização visitada com seus costumes, mas, ao mesmo tempo era contaminado também por essas novas formas experimentar o mundo. Muitas vezes, ao voltar para o local de origem, ia espalhando notícias sobre as qualidades naturais e culturais dos lugares visitados. Dessa forma, outras pessoas ficavam sabendo da existência de inacreditáveis locais exóticos e, em muitos desses ouvintes, nascia o desejo de comprovar o que foi dito/ouvido. Em muitos casos, tornava-se um imperativo visitar essas localidades da qual se havia ouvido falar, estabelecendo-se novos contatos comerciais ou simplesmente valorizando e divulgando a beleza do ambiente.

Mesmo sem uma data definida, as noções de turismo estão associadas diretamente à economia, ao compartilhamento de informações e à contemplação de novos ambientes, sejam eles naturais ou construídos pela ação antrópica. De modo bastante amplo, seguindo essas tradições, Bueno (1992, p. 1161) conceitua turismo simplesmente como “gosto de viagens, viagens de recreio”, chamando a atenção para o fato de esse vocábulo ser uma adaptação da palavra inglesa *tourism*, sem nem mesmo suscitar as implicações sociais, ambientais, políticas e econômicas que podem estar imiscuídas no termo. Ampliando o sentido, Mota (2001) vê turismo como

um fenômeno socioeconômico que consiste no deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos que, por uma complexidade de fatores que envolvem a motivação humana, saem do seu local de residência habitual para outro, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores.

Esse conceito fornecido por Mota (2001) é bem mais abrangente e técnico e já traz dentro de si a “complexidade de fatores” que envolvem os deslocamentos humanos, abordando também as questões sociais, econômicas e até mesmo ecológicas que são envolvidas nesse processo de contato do homem com locais receptores.

Por ser um estudo relativamente novo, o conceito de turismo ainda está sendo aos poucos construído e vem agregando novos fatores que aparecem para contribuir ou mesmo sacando elementos que passaram a ser vistos como desnecessários. Como tentativa de nortear as diversas variantes possibilitadas pela ideia de turismo, o governo brasileiro sancionou a chamada *Lei do Turismo* em 2008, na qual há uma conceituação bem explícita do que pode ser considerado como atividade turística. O referido dispositivo legal considera turismo como sendo:

as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano,

com finalidade de lazer, negócios ou outras. (Senado Federal, 2015, p. 24)

Nota-se que nessa conceituação há preocupação com o tempo máximo de permanência e a previsão das finalidades das atividades turísticas.

## **SUSTENTABILIDADE EM ATIVIDADES TURÍSTICAS**

Assim como as noções científicas do turismo são recentes quando comparadas às questões epistemológicas de outras áreas do conhecimento humano, os conceitos de sustentabilidade também estão em construção. Santos, Thomaziello e Weill (2007, 167) comentam que:

Sustentabilidade refere-se à qualidade de um sistema cujos recursos naturais se mantêm, em estado de conservação e qualidade, por tempo indefinido, apesar do seu aproveitamento pelo Homem atual, que pretende o desenvolvimento de sua região. Planejar sob o enfoque da sustentabilidade é defender alternativas que assegurem o equilíbrio do meio e que respeitam as relações de cadeia da vida, da matéria e da energia.

De modo geral, a ideia de sustentabilidade está ligada ao tripé formado por economia, sociedade e meio ambiente, ou seja, está ligada à inter-relação entre esses três fatores em busca de proteção da sociedade como um todo, protegendo tam-

bém as gerações futuras de carência de recursos renováveis.

Como havia a certeza de que os bens naturais eram inesgotáveis, até o início da década de 1970 não havia preocupação em proteger as gerações daquela época e as futuras contra uma possível escassez de recursos oriundos da natureza. No entanto, economistas, cientistas e pensadores de diversas áreas do conhecimento humano começaram a alertar para o fato de que as previsões científicas tinham um nível catastrófico e que, se nada fosse feito para reverter a situação, o ser humano poderia passar por privações e a espécie poderia até mesmo ser extinta. Com isso, nas últimas décadas, começou a haver a preocupação com um desenvolvimento sustentável, ou seja, como não se podia mais refrear o progresso, seria necessário conseguir meios para que o desenvolvimento não estivesse desvinculado das questões ambientais e sociais.

Essa ideia acabou sendo compartilhada com outras atividades humanas, como, por exemplo, o turismo, que deixou de ser visto apenas como forma de lazer e diversão para trazer também a preocupação com os demais elementos formadores da sociedade. Surgiu então a concepção de que o turista e os demais atores envolvidos no processo são responsáveis também pela preservação do ambiente. Surgem então conceitos como turismo responsável, que é aquele “que mantém e, onde possível valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades visitantes e empresários” (Salvati, 2003, p. 23).

Esse tipo de turismo que não se preocupa apenas com o consumo e/ou com o entretenimento, mas também com a

preservação ambiental, social e cultural do entorno pode ter sua conceituação ampliada como sendo:

Aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor do gerenciamento de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, apud Araújo, 2008, p. 94).

Ainda seguindo esse novo paradigma, Salvati (2003) defende a concepção de um turismo que vá além da implantação de meios de hospedagem, investindo também na melhoria da qualidade de infraestrutura e educação.

Conceitos como os acima citados acabaram corroborando com o aparecimento de uma modalidade de turismo chamada de ecoturismo, que está assentado no tripé interpretação, conservação e sustentabilidade, podendo ser conceituado como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (Ministério do Turismo, 2010, p. 17).

As atividades ecoturísticas, apesar de teoricamente poderem abarcar uma larga faixa da população, acaba chamando a atenção de um público específico que pertence a determinada faixa etária e que corresponde a classes sociais mais ou menos solidificadas, conforme esclarece a pesquisa feita pelo Ministério do Turismo, que aponta o seguinte

Dentre as atividades mais praticadas levantadas na pesquisa, a caminhada aparece em terceiro lugar com 31% e a observação de vida selvagem com 22%. Para os entrevistados que ainda não fizeram alguma das atividades pesquisadas, ao serem perguntados que atividade gostariam de realizar, 70% destacou o mergulho, 61% a observação da vida selvagem, 57% caminhadas e 51% o espeleoturismo. Este é um dado de grande relevância, pois demonstra como os turistas estão abertos a novas atividades e, principalmente, o potencial do segmento de Ecoturismo na oferta de serviços. O carro é o meio mais utilizado nas viagens (61%), seguido do avião e do ônibus, empatados com 16%. Quase todos os entrevistados (91%) viajam durante as férias, 72% preferem os finais de semana prolongados e 40% os finais de semana normais. Nos últimos anos, 72% dos turistas consideram que a qualidade da prestação de serviços nas atividades na natureza melhorou e 73% afirmam que o fato de o prestador de serviços de atividades na natureza ser certificado influencia na decisão de contratá-lo. As mídias mais eficientes sobre informação de viagens de natureza foram a internet, a televisão e as revistas especializadas.

Como as atividades relacionadas com o turismo co-



meçaram a ter forte influência tanto na economia quanto na busca de preservação do ambiente, o Governo Federal sentiu a necessidade de criar uma lei específica e algumas normas complementares para regulamentação do setor, além de assinar acordos de cooperação com outros países. Assim surgiram a Lei 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo; a Lei 11.637, que normaliza o programa de qualificação dos serviços turísticos e a Lei 12.591/2012, que reconhece a profissão de turismólogo e disciplina o exercício da profissão, dentre outras.

## **A SUSTENTABILIDADE NA LEI 11.771**

Conforme foi dito anteriormente, o radical que dá origem à palavra sustentabilidade aparece explicitamente apenas cinco vezes no texto oficial, nos seguintes artigos e incisos:

Art. 3o Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de *desenvolvimento sustentável*, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. (Senado Federal, 2015, p. 24, grifo nosso)

Art. 4o A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do *desenvolvimento econômico-social justo e sustentável*. (Senado Federal, 2015, p. 24, grifo nosso)

Art. 5 - VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas *de forma sustentável e segura*, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica; (Senado Federal, 2015, p. 25, grifo nosso)

VIII - propiciar a prática de *turismo sustentável* nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; (Senado Federal, 2015, p. 25, grifo nosso)

Art. 9o O Sistema Nacional de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, *de forma sustentável*, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo (Senado Federal, 2015, p. 26, grifo nosso)

Observa-se, então que o turismo é visto oficialmente como fator tanto de desenvolvimento sustentável, como instrumento de desenvolvimento econômico e social, sem deixar de lado aspectos como educação e interpretação ambiental, contribuindo para a preservação do patrimônio social, ambiental e cultural das comunidades receptoras. Sobre isso, Salvati (2003, p. 24) adverte que “o turismo deve apoiar a conservação da natureza, especialmente e proteção da vida selvagem nos ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos e evitar contribuir para a fragmentação e a degradação das paisagens naturais, que reduzem a qualidade da experiência do turista e impactam negativamente o ambiente”.

Além das relações diretamente com o meio ambiente, tentando amenizar os impactos da interferência entrópica no ambiente, a Lei 11.771 traz também outras preocupações de cunho ambiental e social, como, por exemplo, ocorre no inciso XIX do artigo 5, que coloca como objetivo

promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho (Senado Federal, 2016, p. 25).

Percebe-se a preocupação com empregabilidade dos atores envolvidos no processo e com a preparação de mão-de-obra apta a trabalhar com o turismo. Obviamente que o

ser humano passa a ser tido como uma peça na grande engrenagem capitalista que precisa de quem esteja preparado para não deixar a indústria parar de funcionar. Essa preocupação com a produção de bens de consumo e com a economia está presente no caput da lei de forma bastante explícita, quando diz que:

As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade. (Senado Federal, 2015, p. 24)

A preocupação com os aspectos da biodiversidade vai além do caráter ecossistêmico ou com a biodiversidade, remetendo primeiramente a aspectos materiais e econômicos, colocando os recursos naturais como implementos para a produção de mais lucro e renda para o setor. O bem-estar da sociedade é citado apenas uma vez na Lei, no primeiro objetivo do artigo 5, que diz: “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral” (Senado Federal, 2015, p. 24), passando depois para aspectos ligados ao capital, como, por exemplo, o interesse em proteger:

I - a política de crédito para o setor, nela incluídos agentes financeiros, linhas de financiamento e custo financeiro;

- II - a boa imagem do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional;
- III - a vinda de turistas estrangeiros e a movimentação de turistas no mercado interno;
- IV - maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos;
- V - a incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção. (Senado Federal, 2015, p. 26.)

Essa visão pecuniária do turismo está em total concordância com a Lei 11.727, aprovada em 23 de junho de 2008, portanto alguns meses antes da Lei 11.771, sendo que a Lei 11.727 trata especificamente das medidas tributárias “destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo” (Senado Federal, 2015, p. 44).

Mas, de qualquer forma, não se pode esquecer que a chamada *Lei do Turismo* representa um avanço nas relações legais entre os diversos setores que trabalham nesse campo de atuação, pois como “a concentração de turistas no tempo e no espaço pode impor um sacrifício muito pesado a recursos naturais como a água (Salvati, 2003, p. 24), faz-se necessário que haja leis protetivas que fortaleçam as atividades turísticas e ao mesmo tempo protejam o meio ambiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existe uma relação direta e explícita entre turismo e meio ambiente. Caso haja uma degradação exagerada e incontornável da paisagem, o número de visitantes ao local pode cair e, conseqüentemente, afetar toda a economia da localidade. Então é necessário que existam leis que protejam tanto o ambiente, como o artigo 225 da Constituição Federal, quanto as que se dediquem a tornar o turismo economicamente sustentável sem causar danos ao meio ambiente. No Brasil, a lei específica para tratar das questões turísticas é a 11.771/2008, que, quando complementadas por outros dispositivos legais, tenta proteger os recursos materiais e imateriais que possam ter potencial turístico.

Mesmo mais atenta aos aspectos financeiros que na questão da sustentabilidade, a referida Lei tem seus méritos e pode contribuir para a solidificação do turismo no Brasil e, quando aplicada com o viés do turismo responsável e/ou do ecoturismo, pode prestar bons serviços à nação como um todo.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Lindenberg Medeiros de. Análise de stakeholders para o turismo sustentável. In *Caderno Virtual de Turismo*. V. 8, N° 1, 2008. p. 91-99.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. *Marketing Turístico: promovendo uma atividade Sazonal*. São Paulo: Atlas, 2001.

SALVATI, Sérgio Salazar. O WWF-Brasil e o Turismo Responsável. In: MITRAUD, Sylvia (org.) *Manual de ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento estratégico*. Brasília: WWF, 2003. p. 23-29.

SANTOS, Rozely Ferreira dos; THOAMZIELLO, Sueli; WEILL, Mara de Andrade Marinho. Planejamento da Paisagem. In: SANTOS, Rozely Ferreira dos (org). *Vulnerabilidade Ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?* Brasília: MMA, 2007.

SENADO FEDERAL. *Turismo*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2015.





# DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ENTORNOS DA RESERVA AMBIENTAL DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS (MA): UM CASO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

**A** Constituição Brasileira, em seu artigo 225, que trata do meio ambiente, deixa claro que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista Semana Acadêmica

Detalhe da imagem da página anterior: Foto tirada pelo autor deste e-book em um campo de futebol no perímetro da APA do Itapiracó. Registro feito em dezembro de 2023.

presentes e futuras gerações.” (Brasil, 2001, p. 125), no entanto não é isso o que se observa no dia a dia. Basta um breve passeio pelas diversas cidades brasileiras para que se perceba o abandono das premissas constitucionais no que se refere à proteção ambiental.

Mesmo nas áreas que deveriam ser protegidas por força de lei, pode-se perceber que há um distanciamento entre o que está escrito e o que efetivamente acontece. Por comodidade ou por desconhecimento, algumas pessoas e algumas instituições não respeitam as normas de disposição de resíduos sólidos e descartam materiais em qualquer área disponível. Mesmo com o advento da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a situação de muitos pontos de descarte irregular de lixo não foi alterada. É esse o caso do que ocorre cotidianamente nos entornos da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, em São Luís do Maranhão, que acabam servindo diariamente como pontos receptores dos resíduos produzidos nas áreas circunvizinhas.

O objetivo deste artigo é demonstrar que embora tenham passado por recente processo de revitalização e que esteja aparentemente protegida, preservada e conservada, a referida APA é indevidamente utilizada em alguns pontos, principalmente nos limites entre ela e os bairros que a cercam.

O artigo está dividido em três partes, sendo que na primeira delas é feita a caracterização da área estudada, com sua devida localização. A seguir são apresentados os métodos utilizados na pesquisa, bem como os materiais analisados, principalmente as fotografias tiradas durante as visitas *in loco*. Na

terceira parte estão as discussões acerca do tópico anterior.

Importante ressaltar que o problema é amplo e que este artigo traz apenas informações e análises de determinados trechos dos entornos da APA do Itapiracó, deixando margens para diversos outros estudos no mesmo e em outros locais congêneres.

## **CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL**

A Área de Proteção Ambiental do Itapiracó foi instituída pelo Decreto Estadual 15.618 de 23 de junho de 1997 e que alterou o Decreto Estadual 13.150/93, que denominava a área de Parque Estadual do Itapiracó. A APA ocupa o espaço de 322 hectares e está situado geograficamente entre os municípios de São José de Ribamar <sup>2</sup> (59,23%) e São Luís (40,77%). Estando seu perímetro devidamente demarcado no Decreto que a criou, conforme pode ser visto no trecho a seguir:

A área de que trata este artigo, localizada entre as latitudes de 2°31'00,00"S – 2°31'58,69"S e as longitudes 44°11'19,12"WGR – 44°13'15,69"WGR, está compreendida dentro do seguinte perímetro: inicia no ponto de coordenadas geográficas latitude 2°31'45,46"S e longitude 44°13'10,92"WGR localizado a norte do baixo do Anil, precisamente o Condomínio Itapiracó (Ponto 1); parte daí até o ponto de coordenadas geográficas

---

2 Embora parte da APA do Itapiracó esteja situada dentro do município de São José de Ribamar, não foi encontrada na página oficial da prefeitura nenhuma menção a projeto voltado para limpeza e/ou conservação da referida área.

latitude 2°31'37,69"S e longitude 44°13'69,00"WGR localizado no ponto de convergência do Condomínio com o terreno da TURUSA (Ponto 2); continua seu limite passando pelo Conjunto Residencial dos Lusitanos até atingir o ponto de coordenadas geográficas latitude 2°31'07,89"S e longitude 44°12'38,64"WGR localizado na parte inicial do Conjunto Residencial IPEM Turu (Ponto 3); daí passa pelo Parque Vitória, Loteamento Altos do Turu, até atingir o ponto de coordenadas geográficas latitude 2°31'05,22"S e longitude 44°11'31,19"WGR, localizado na convergência da Estrada da Vitória com a Estrada do Itapiracó (Ponto 4); sequenciando, percorre um trecho margeando a Estrada do Itapiracó, seguindo os limites do Loteamento Imobiliário SOTERRA, até atingir o ponto de coordenadas geográficas latitude 2°31'45,65"S e longitude 44°11'25,60"WGR localizado no ponto de convergência do Loteamento Imobiliário SOTERRA com o Conjunto COHATRAC IV (Ponto 5); segue limitado pela Avenida Joaquim Mochel (COHATRAC IV) até atingir as coordenadas geográficas latitude 2°31'57,26"S e longitude 44°12'17,91"WGR localizado no ponto de delimitação do COHATRAC IV com a área pretendida pela Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura (Ponto 6); daí contorna a área pretendida pelos referidos servidores até encontrar o Ponto1. (ESTADO DO MARANHÃO, 1997).

O referido espaço público passou por um processo de revitalização entre os anos de 2014 e 2017, sendo entregue à população contando com campo de futebol, quadra poliesportiva, circuito de skate, quadra para futebol de areia, praças equipadas com equipamentos de ginástica, pista de corrida,

parquinhos infantis, trilhas ecológicas e estacionamentos. As regras de funcionamento do local foram publicadas no Diário Oficial do Poder Executivo de 19 de dezembro de 2017 e apontam como objetivos primordiais “promover a recreação, cultura, esporte, lazer e qualidade de vida, de modo a viabilizar a satisfação individual e coletiva dos frequentadores do local de forma democrática”.

O bioma da Unidade de Conservação é predominantemente o amazônico. Embora tenha sido vítima das ações antrópicas, no local ainda serve como refúgio para aproximadamente 170 espécies de animais, mais de 30 espécies de plantas oriundas da floresta amazônica e 4 nascentes de rios, mas apresenta muitos sinais de degradação ambiental, principalmente a derrubada de árvores e retirada de matéria orgânica para construções dentro e fora do perímetro. Embora conte com policiamento, por sua extensão, nem sempre a área está devidamente protegida das agressões antrópicas de que constantemente é vítima.



No mapa acima, transcrito da imagem fornecida pelo aplicativo Google Earth Pro, ainda não aparecem as alterações realizadas no ano de 2017, mas serve para delimitar o perímetro da APA. A linha vermelha representa o contorno da APA e o destaque em amarelo marca a faixa que foi analisada neste estudo.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e de enfoque predominantemente descritivo, na qual, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 62). Trata-se também de uma pesquisa de campo que exigiu, antes da execução das visitas um levantamento de outros trabalhos que também haviam tomando como foco de estudo a APA do Itapiracó.

Além das leituras inerentes aos assuntos pertinentes à delimitação do trabalho, este estudo foi realizado com base em três visitas *in loco* feitas pelo pesquisador aos entornos da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó em São Luís do Maranhão. As visitas aconteceram nos dias 14 e 30 de junho e 17 de julho de 2018, com o espaço aproximado de duas semanas entre uma visita e outra.

A coleta do material se deu através de fotografias tiradas nos locais em que havia maior incidência de acúmulo de

resíduos sólidos descartados de modo irregular, observação dos entornos da área, anotações sobre os tipos de materiais ali depositados e conversas informais com transeuntes e moradores das proximidades. Delimitação da área de estudo, todo o entorno e mesmo a parte central da APA foi percorrida em diversas ocasiões, seja a pé (na área destinada à prática de esportes) seja em veículo automotor (nas vias limítrofes da área de preservação e que fazem limites com as áreas residenciais), a fim de localizar os pontos mais críticos em que a deposição de resíduos sólidos fosse evidenciada. Foi notado, então, que, nos espaços frequentados pelo público visitante e/ou praticante de caminhadas e demais esportes, o descarte de resíduos aparece em menor proporção do que nas proximidades de áreas residenciais.



Bloco 1 - Fonte: arquivo pessoal do autor. Fotografias tiradas em 14.06.2018

No Bloco 1, composto por quatro fotografias é possível observar na primeira imagem que há uma tentativa de conscientização da população com o alerta de ali não é local adequado para a disposição de lixo, alertando inclusive para os perigos de um surto de dengue, seguido de um número de telefone para denunciar esse tipo de crime ambiental. No entanto, logo abaixo da placa de alerta, que está em bom estado de conservação e aparentemente foi instalada recentemente, é possível detectar restos de materiais de construção e muitas sacolas repletas de produtos que ali foram descartados. Na segunda fotografia, é possível perceber claramente o descarte de móveis domésticos e de material oriundo da construção civil (pedaços de cerâmicas, tábuas e pedras). No fundo da imagem é possível perceber que quem procedeu ao descarte teve o cuidado de organizar parte das tábuas dos móveis ao pé de uma das árvores que margeiam a pista.

A terceira foto do Bloco prioriza a proximidade do ponto de descarte tanto com a pista quanto com as árvores que fazem parte da APA. É possível notar nessa imagem a presença de inúmeros sacos próprios para a coleta de lixo, evidenciando que quem ali depositou o material tem certa consciência de como deve ser recolhido o lixo de sua residência, mas que não demonstra preocupação para com o meio ambiente. A última fotografia apresenta um mix do material descartado, mesclando pneus, móveis velhos, sacos plásticos e mostra uma das consequências desse descaso ambiental: a presença de urubus. Em todas as quatro imagens do painel, é possível observar-se também que as ações antrópicas, tanto



no descarte desses materiais, quanto nas tentativas de limpeza acabaram degradando o ambiente.



Bloco 2 - Fonte: arquivo pessoal do autor. Fotografias tiradas em 30.06.2018

As fotografias que fazem parte do Bloco 2 demonstram claramente que houve limpeza e raspagem do local, mas que há um processo gradual de retomada do descarte de resíduos sólidos e, mesmo em menor escala numérica, os tipos de materiais continuam o mesmo. É possível identificar utensílios plásticos, refugos de construção civil, móveis usados, pneus e sacolas plásticas com lixo caseiro, tudo jogado de forma desordenada. Fica evidenciado também pela análise das imagens que durante o processo de remoção dos materiais irregulares foram usadas máquinas que acabaram aumentando a degradação do espaço e adentrando ainda mais na área que deveria ser

ocupada pela vegetação.



Bloco 3 – Fonte: arquivo pessoal do autor. Fotografias tiradas em 17.07.2018.

Este terceiro grupo de imagens demonstra que o fato de haver sido feita uma limpeza na área no período compreendido entre a primeira e a segunda visitas não inibiu as pessoas que descartam os resíduos às margens da APA do Itapiracó.

Houve um aumento exponencial não apenas na quantidade de lixo jogado no local, mas também na quantidade de pontos de descarte. Em menos de meia hora de observação antes da última sessão de fotos, foram contabilizados três carroceiros e uma pessoa com carrinho de mão descarregando restos de materiais de construção e demais tipos de resíduos sólidos. Um dos transeuntes informou que essa movimentação é constante e mesmo com uma faixa de contenção formada por pneus velhos para evitar esse tipo de ação, a quantidade de lixo no local aumenta a cada dia.

As fotografias mostram que além dos restos de materiais de construção, de lixo doméstico e de móveis descartados, há também a presença de pelo menos três caixas repletas de garrafas de cerveja (em destaque na última imagem). Em conversas informais com moradores e frequentadores da área, ficou evidenciado que todo o lixo deixado na região estudada dos entornos da APA do Itapiracó é produzido por moradores da própria região, sendo em muitos casos resultado de obras e reformas em casas. Para livrar-se dos entulhos, os proprietários contratam carroceiros que, por sua vez, se livram dos produtos nos locais em que encontram disponíveis, não importando os apelos da parte da população que se sente prejudicada.

Ao longo das visitas, foi possível perceber que os materiais mais recorrentes nessas áreas irregulares de deposição de resíduos sólidos urbanos são os seguintes:

- Restos de materiais de construção, aparentemente proveniente de reforma de casas;

- Móveis usados (gaveteiros, sofás, cadeiras...);
- Pneus velhos (sendo que alguns foram utilizados como faixa de proteção para evitar que novos resíduos fossem lançados na área);
- Peças de vestuário (roupas, calçados...);
- Recipientes plásticos (baldes, garrafas...);
- Recipientes de vidro (principalmente garrafas);
- Sacolas plásticas contendo lixo caseiro e restos de alimentos.

Como pode ser visto, os materiais descartados podem ser classificados, quanto a sua origem, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, da seguinte maneira:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”; (...)
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluindo os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis. (Brasil, 2016, p. 89-90).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

De acordo com a página oficial da Prefeitura de São Luís do Maranhão, o serviço de limpeza pública da cidade é gerenciado por um Comitê Gestor de Limpeza Urbana (CGLU), que foi instituído pelo Decreto Municipal nº 47.429/2015, tendo como missão “Implementar o gerenciamento de resíduos sólidos incentivando a população a realizar a entrega voluntária de materiais recicláveis, resíduos de construção civil e materiais volumosos, direcionando-os para a destinação final ambientalmente adequada e contribuindo para a limpeza urbana e o desenvolvimento sustentável em São Luís”.

Entre os serviços disponibilizados pelo CGLU está o recolhimento dos resíduos sólidos descartados de forma irregular em pontos não reconhecidos como adequados para a disposição de material refugado, os chamados lixões.

A Prefeitura de São Luís, por meio do Comitê Gestor de Limpeza Urbana, realiza ações frequentes de remoção de resíduos em pontos de descarte irregular.

Essa quantidade refere-se somente aos resíduos coletados por meio de ação de remoção manual e mecanizada. Por meio das remoções são eliminados pontos de descarte irregular, conhecidos popularmente como "lixões", na cidade.

Estes resíduos são descartados ilegalmente pela população e por empresas dos mais diversos setores que descarregam seus resíduos nos pontos de descarte irregular, desrespeitando o que estabelece a Política Nacional de Resíduos

Sólidos. (Prefeitura de São Luís, 2018).

Logo após a notícia veiculada em 08 de julho de 2018, pela assessoria de imprensa, divulgando que até aquela data, foram recolhidas “mais de 42 mil toneladas de resíduos sólidos descartados irregularmente”, o site traz números de telefones que podem ser usados para a denúncia de irregularidades e uma série de sugestões de como a população pode contribuir com a limpeza pública. Porém, embora haja também campanhas veiculadas em emissoras de rádio e televisão, essas informações que visam promover uma conscientização ambiental ainda podem ser consideradas tímidas e com pouca efetividade perante a comunidade em geral.

Pelo que foi visto acima, pode-se inferir que a retirada dos resíduos sólidos urbanos depositados nos entornos da APA do Itapiracó não é uma atividade constante e sistemática, mas sim algo que depende de denúncias por parte das pessoas que se sintam incomodadas e que tenham informação sobre como requerer a limpeza do local. Por sua vez, a presença de lixo doméstico nas observações feitas e nas imagens analisadas só se justifica pela ausência de uma adequada educação ambiental por parte dos moradores dos bairros adjacentes, pois todos eles contam com serviço regular de coleta de lixo em dias alternados. Contudo, pelo que foi verificado, muitos dos moradores preferem, por comodidade ou por pressa em livrar-se dos resíduos produzidos, descartar seus despojos em áreas afastadas de suas residências, considerando as margens da referida APA como o local ideal para isso.

Importante salientar que, como adverte Santos (2016,

p. 245), “em 2010, a Lei 12.305 estipulou até 2014 o fim de todos os lixões a céu aberto dos municípios brasileiros (...) porém essa data foi prorrogada e muitas das normas de gestão desses resíduos ainda não foram colocadas em prática, colocando em risco a saúde da população e o meio ambiente”. No entanto, embora tenha havido esforços administrativos, as fotografias que ilustram este trabalho demonstram quem ainda há muito a ser feito para que esse problema seja resolvido.

No que se refere à área delimitada para este estudo, o problema da presença de pontos de descarte de resíduos sólidos já foi identificado por estudos de Pinheiro, Teixeira e Caldas (2014) e Pantoja (2017) que alertam para o fato de a ocupação desordenada do espaço e a expansão imobiliária terem tido como consequências visíveis “a degradação ambiental caracterizada principalmente pela retirada de madeira para a construção de casas, a caça predatória, incêndios criminosos, deposição de lixo, tanto doméstico quanto de resíduos da construção civil, entre outros” (Pantoja, 2017, p. 10).

As imagens estudadas e as observações feitas em campo remetem não apenas a questões estéticas que podem comprometer a paisagem, mas também a questões de saúde pública. A presença de pneus, recipientes plásticos, móveis usados e outros locais que podem permitir o acúmulo de água parada, podendo favorecer a presença de focos e criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que é o agente transmissor de doenças como dengue, febre urbana e Chikungunya, além de também ser disseminador do zika vírus.

Como atitudes preventivas para evitar a proliferação

de doenças como as anteriormente citadas, o Ministério da Saúde sugere que haja uma atenção especial aos criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que:

se utiliza de todo tipo de recipientes que as pessoas costumam usar nas atividades do dia-a-dia: garrafas e embalagens descartáveis, latas, pneus, plásticos, entre outros. Estes recipientes são normalmente encontrados a céu aberto, nos quintais das casas, em terrenos baldios e mesmo em lixões. (Brasil, 2009, p. 20)

A presença de aves da ordem das Catharthiformes na localidade, principalmente do urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), que se alimenta principalmente de carcaças de animais em decomposição e de restos de alimentos, é um dos indicadores de que entre os dejetos descartados nos entornos da APA do Itapiracó haja elementos que atraíam essas aves, que embora não sejam consideradas disseminadoras de doenças específicas e até prestem “importantes serviços ecológicos ao homem” (Silveira, s/d), acabam apontado para o abandono da área e afastando as pessoas do local.

Outro fato a ser lembrado é que nos períodos de estiagem, os produtos depositados podem entrar em processo de combustão contaminando o ar com a fumaça produzida por tal evento, o que pode contribuir para o surgimento ou potencialização de doenças respiratórias nas pessoas das proximidades. Sem contar que dentro dos recipientes pode haver produtos químicos que contribuam para a contaminação do solo, da água e do ar, aumentando o grau de degradação do



local.

Como “há uma relação muito estreita entre o avanço da degradação ambiental, a intensidade do impacto dos desastres e o aumento da vulnerabilidade humana” (Maffra e Mazzola, 2007, p. 11) durante o período chuvoso, a deposição irregular de resíduos sólidos nos entornos do Itapiracó pode contribuir também para o entupimento de bueiros e galerias a partir do transporte desses resíduos sólidos pelas correntezas, comprometendo a drenagem urbana. Isso terá como consequências visíveis tanto a degradação do meio ambiente natural (erosão, assoreamento, inundações...) quanto do meio ambiente construído (fragilização do asfalto, queda de muros e cercas, surgimento de crateras...), ocasionando prejuízos materiais e paisagísticos, além de possibilidades de danos para a saúde, o que implicará necessariamente novos investimentos de aportes financeiros para sanar os problemas advindos do contato direto ou indireto com os poluentes.

Há também riscos para os animais silvestres que habitam a área em estudo e que ocasionalmente podem ser atraídos pelos alimentos e dejetos encontrados, o que pode alterar seus hábitos alimentares e possivelmente levá-los a contrair ou desenvolver alguma patologia ou mesmo serem vítimas de caça predatória tanto por parte de outros animais quanto de pessoas que frequentem o local, alterando de modo drástico o ecossistema local.

Além disso, há também uma série de danos invisíveis que precisam ser considerados, como, por exemplo, a desvalorização pecuniária dos imóveis situados nas proximidades

dessas áreas de descartes irregulares de resíduos sólidos, o comprometimento paisagístico do espaço e a perda de sensação de pertencimento ao local, que são variáveis que nem sempre podem ser medidas diretamente pelas métricas econômicas, mas que podem impactar a relação de custo-benefício na efetivação de alguma transação imobiliária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora a popularmente chamada Reserva do Itapiracó seja uma área protegida por lei, que tenha passado por todo um processo de revitalização e de ser bastante frequentada por centenas de pessoas todos os dias, ela apresenta, no mínimo duas facetas: uma delas é mais central, razoavelmente bem conservada e que serve como ponto de encontro, área de prática de esporte e cartão de visitas; a outra, periférica, é constantemente utilizada como ponto de descarte de resíduos urbanos sólidos e tem sua integridade ameaçada por essa prática ilegal.

Diante disso, é possível perceber que a ação antrópica pode tanto ser benéfica ao meio ambiente, a partir de projetos e de políticas públicas que visem à conservação do espaço e da paisagem, quanto também pode ser maléfica, demonstrando descaso e desrespeito tanto para com o ambiente natural (vegetação, nascentes de rios...) quanto para com o construído (casas, pavimentação asfáltica, vias públicas...).

Ao longo da pesquisa ficou constatado que nos entornos da APA são descartados diversos resíduos de diferentes

origens (pneus usados, lixo residencial, materiais de construção, utensílios plásticos, etc.), sendo que todos eles podem causar malefícios tanto para os animais silvestres que habitam a vegetação local quanto à população residente nas vizinhanças, podendo ocasionar problemas de saúde em pessoas e animais e também a possível desvalorização dos imóveis da região.

Este estudo evidencia que, embora urgente e necessária, a simples limpeza dos lixões irregulares do entorno da APA do Itapiracó não é o suficiente para resolver o problema ou mesmo para inibir o descarte de resíduos nos locais analisados, sendo preciso também um trabalho de conscientização e de educação ambiental perante todos os envolvidos no processo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O agente comunitário de saúde no controle da dengue*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. *Resíduos sólidos e saneamento básico*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.

ESTADO DO MARANHÃO. *Decreto nº 15.618, de junho de 1997*.

MAFFRA, Cristina Q. T.; MAZZOLA, Marcelo. As Razões dos desastres em território brasileiro. In: SANTOS, Rozely Ferreira dos (org.). *Vulnerabilidade Ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos?* Brasília: MMA, 2007.

PANTOJA, Marcilene Ferreira. A importância da revitalização do Complexo da Área de proteção Ambiental (APA) do Itapiracó, São Luís, Maranhão, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno. Goiânia: *Revista Especialize On-Line IPOG*, 13 3d. jul. 2017. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=marcilene-ferreira-pantoja-18121972.pdf>. Acesso em 14.07.2018.

PINHEIRO, Juarez Mota; TEIXEIRA, Analis Oliveira; CALDAS, Clemilson Silva. Importância da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó para o lazer e o microclima local. São Paulo: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo4/Juarez%20Mota%20Pinheiro,%20Analis%20Oliveira%20Teixeira,%20Clemilson%20Silva%20Caldas.pdf>. Acesso em 14.07.2018.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Página oficial. <https://www.saoluis.ma.gov.br>.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed.

Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

SANTOS, José de Ribamar Carvalho dos. Política e gestão ambiental em resíduos sólidos: revisão e análise sobre a atual situação no município de São José de Ribamar. In: CASTRO, Cláudio Eduardo de; MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. *Gestão Ambiental: uma diversificada ferramenta na consolidação de paradigma ecológico inovador*. São Luís: EdUfma, 2016.

SILVEIRA, Luís Fábio. *Um olhar sobre os urubus*. Disponível em: [http://www.ib.usp.br/~lfsilveira/pdf/a\\_2011\\_cecुरुbus.pdf](http://www.ib.usp.br/~lfsilveira/pdf/a_2011_cecुरुbus.pdf). Acesso em 15.07.2018.

NOTA: Este estudo foi realizado em 2018 e publicado no mesmo ano na Revista Semana Acadêmica. No decorrer do tempo, o local onde foi coletado o material para a pesquisa passou por um processo de revitalização e foi transformado em um local de recebimento de resíduos sólidos conhecido como Ecoponto. Porém, isso não foi o suficiente para resolver o problema, pois houve um deslocamento dos locais de descarte para uma área residencial chamada de Vila Canudos, mais exatamente para trechos de uma avenida ironicamente chamada de Avenida do Meio Ambiente. e que também fica nos entornos dessa APA. (Nota do Autor)



# APANHADOS DO LIXO: UMA LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS PELO PRISMA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

**A** primeira vista, poucas são as relações entre textos literários, meio ambiente e legislação ambiental. No entanto esses três assuntos acabam “dialogando” entre si a partir do momento em que envolvem o bem-estar humano e a própria condição de permanência e sobrevivência do ser humano no planeta Terra.

A literatura não existe isolada no mundo, “não existe num vácuo” (Pound, 1997, p. 36), ocupando-se os escritores de recriarem uma realidade paralela que tem como ponto de

1 Artigo inédito.  
Detalhe da imagem da página anterior. Foto tirada pelo autor deste e-book nas proximidades da APA do Itapiracó, em 2018.

partida, de alguma forma, a realidade circundante e os problemas enfrentados pelas pessoas do mundo não ficcional. Dessa forma, uma obra literária acaba tornando-se uma espécie de objeto construído, carregado de grande poder humanizador, como pontua Cândido (1995) em seu ensaio sobre o direito das pessoas à literatura.

Tanto a cultura (formal ou informal) quanto o meio ambiente são direitos de um povo e a literatura pode ser vista como uma espécie de reflexo do mundo social em que estão inseridos os leitores, que podem ver nas personagens algumas das problemáticas encontradas no dia a dia, como a mendicância, a prostituição, a corrupção e o descaso com meio ambiente.

O objetivo maior deste artigo é fazer uma leitura de três obras literárias, de autores diversos, mas que têm como ponto de convergência a vivência das personagens em espaços destinados à deposição de resíduos sólidos urbanos, os popularmente chamados lixões, ou em áreas congêneres. Mesmo um dos livros sendo considerado obra autobiográfica, neste trabalho, tomaremos por base os estudos de Cândido (1995, 2005) que considera a personagem literária sempre como um ser fictício.

Como se trata de exercício argumentativo-comparativo de textos literários com textos oficiais, o fato de tanto o poema quanto o romance escolhido haverem sido escritos e publicados antes das legislações vigentes, em épocas cronologicamente díspares, não interfere no produto final, pois a análise não levará em consideração as questões diacrônicas,



mas sim as inter-relações temáticas, que são atemporais. O título do artigo deriva do empréstimo do jogo de palavras entre dois livros: *Levantado do Chão*, do romancista português José Saramago e *Apanhados do Chão*, do poeta paraibano José Chagas, com o ambiente em que as personagens vivem e de onde retiram seu sustento.

Este estudo, de natureza bibliográfica, com ênfase na análise de conteúdo pelo viés comparativista, está dividido em três partes. Na primeira, comenta-se sobre a necessidade da existência de uma legislação específica para a defesa do meio ambiente. A seguir, são caracterizadas as três obras que servem como aporte para o estudo analítico. Finalmente, é feito um estudo temático dos textos escolhidos com base em fragmentos de leis que estejam relacionadas com a defesa do meio ambiente.

## **SOBRE A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Desde os primórdios de sua história, o homem vem retirando da natureza todos os recursos necessários à preservação da espécie. É da terra, da água e do ar, e também com o manuseio do fogo, que o ser humano encontra tudo o que é necessário para seu bem-estar, para desenvolver seus projetos e para a construção de instrumentos que servem e serviram para tornar a vida mais prática e confortável para a maioria dos habitantes do planeta.

Porém, a certeza de que os recursos naturais eram reno-

váveis ao infinito fez como que o homem não se preocupasse com o que poderia acontecer após século e séculos de exploração desordenada e desenfreada desses recursos. Enquanto imperou a ideia de que o ser humano não corria riscos de ficar sem os elementos necessários e essenciais para sua vida, não houve interesse de pensar em medidas protetivas que assegurassem o acesso aos recursos naturais não apenas para as sucessivas gerações do passado e do presente, mas também para as que viriam e que virão em sequência.

Até o final da década de 1960 e início da de 1970, apenas as pessoas consideradas visionárias ou mesmo socialmente desajustadas tinham coragem de defender abertamente a ideia de que seria necessário estabelecer limites para a exploração desses recursos, inclusive com imposição de barreiras legais que buscassem preservar o ambiente como um todo.

Foi nesse cenário de descrédito que especialistas de diversas áreas do conhecimento se reuniram em Estocolmo, em 1972, e chegaram à conclusão de que realmente o planeta estava em crise e que toda a humanidade poderia estar com seus dias de existência em contagem regressiva. A partir desse momento, começou uma espécie de corrida para tentar reverter os danos causados pelo homem ao longo da história. Como resultado de muitas discussões e de pesquisas de cunho científico, a questão dos riscos ambientais começou a fazer parte da pauta de diversos encontros e congressos nas últimas décadas, chegando-se à conclusão de que as autoridades constituídas deveriam contribuir criando e aprovando leis que ajudassem a corrigir, minimizar ou mitigar os efeitos da ação

antrópica sobre o ambiente.

No caso do Brasil, as temáticas ambientais eram praticamente inexistentes. Esse assunto era mais discutido por intelectuais e pensadores voltados para as letras, a música e o jornalismo do que propriamente pelos integrantes dos três poderes constituídos. Nas Constituições anteriores às de 1988 não havia nem mesmo previsão de algum dispositivo legal que protegesse o meio ambiente. No entanto, movimentos internacionais, como a Conferência Sub-Regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária Chosica/Peru, realizada em 1976, e a Declaração Tbilisi, assinada em 1977, começaram a atrair a atenção de parte da comunidade tanto para a preservação ambiental quanto para a necessidade de uma educação que defendesse o meio ambiente.

Passo importante foi dado em 1981, com a aprovação da Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, que tem “por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 2016, p. 190). Anos depois, com a promulgação da Carta Magna do Brasil, em 1988, todo o artigo 225 foi dedicado às causas ambientais, sendo também o meio ambiente lembrado em outros pontos da Constituição Federal, como no sexto inciso do artigo 23, que trata das competências comuns da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal, que devem “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas

formas” (BRASIL, 2016, p. 11).

Amparadas pelo texto constitucional, novas leis e políticas públicas em defesa do meio ambiente foram sendo aprovadas a partir da década de 1990, como é o caso da Lei 9.795, de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, considerando ser esse tipo de educação “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 2015a, p. 24); a Lei 9.433, sancionada em 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, reconhecendo ser a água “um bem de domínio público” e “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 2015b, p. 62); e a Lei 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determinando que os resíduos sólidos devam ter coleta seletiva, controle social, destinação e disposição final ambientalmente adequadas (BRASIL, 2016).

Além das citadas acima, muitas outras leis, decretos e resoluções já foram criados e aprovados com o intuito de proteger o meio ambiente, o que demonstra não apenas uma preocupação com o presente e com o futuro, mas também a certeza de que o ambiente está fragilizado e precisa ser protegido para que as gerações futuras possam usufruir dos bens ofertados pela natureza.

## CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS LITERÁRIOS

Os três textos escolhidos para este estudo apresentam como ponto em comum o fato de que foram ambientados em área de deposição de resíduos sólidos, com a presença de seres humanos que dali retiram itens necessários à sua subsistência ou até mesmo para sua sobrevivência.

O primeiro texto é o poema *O Bicho*, de autoria do poeta pernambucano Manuel Bandeira, um dos principais nomes do primeiro momento do modernismo brasileiro. O poema foi publicado originalmente em 1948 no livro *Belo Belo*, fazendo parte também da coletânea *Estrela da Vida Inteira*, publicada em 1966, dois anos antes do falecimento do poeta. Por tratar-se de um texto curto, pode ser transcrito em sua totalidade.

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos

Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava,  
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.  
(BANDEIRA, s/d, p. 201-202)

O segundo texto analisado é o romance/diário *Quarto de Despejo*, da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, uma catadora de lixo que escrevia seus diários em cadernos recolhidos nos lixões de onde retirava o material com o qual sustentava sua família. Nascida em 1914, a escritora teve uma vida difícil, perambulou por diversos lugares e anotava os fatos mais significativos de sua vida. Foi “descoberta” em 1958 pelo jornalista Audálio Dantas, que ajudou a editar e publicar o texto da catadora de lixo que virou celebridade. *Quarto de Despejo* chegou a ser “traduzido para 20 línguas em 14 países” (Monteiro, 2014), levando a autora a ser conhecida internacionalmente. No livro, a autora mostra como funciona a vida das pessoas que vivem da coleta de resíduos e comenta seus próprios sofrimentos pessoais e seus conflitos familiares.

O último texto é um conto escrito por pelo moçambicano Mia Couto e publicado em seu livro *Cronicando*, em 1991. Narrado em terceira pessoa, o texto traz a história de Orolando Mapanga, um homem que vive solitário em um lixão, sem desejo ou perspectiva de habitar em outro local. Um dia, sua tranquilidade é abalada pela presença de outro ser que também cata resto de comida no lixão. A partir daí, há uma transformação na vida do protagonista.

É interessante como Mia Couto através do narrador onisciente abre a mente e a alma de Orolando, em um derramar de prosa poética. Orolando Mapanga vive em um lixão, não se sabe como ele chegou lá, nem desde quando mora neste lugar tão fétido. Sua vida é catar dejetos, que servem como alimento, se esconder dos caminhões (*ipsi litteris*) que denunciam

a presença de outros seres humanos, estes que certamente vivem em condições bem melhores que Mapanga. (SILVA, 2017, p. 177).

O texto de Mia Couto, mesmo estando carregados das singularidades inerentes ao povo moçambicano, traz uma história que pode ser considerada de caráter universal, conforme defende Alves (2003), podendo ser a narrativa vista sob o prisma de legislação ambiental no que se refere a busca da dignidade humana e às garantias dos direitos mínimos do cidadão. Assim, o fato de estar ambientado em uma região africana torna-se apenas um detalhe geográfico, pois o sofrimento do protagonista e sua condição desumana abarca toda a esfera humana, podendo acontecer em qualquer lugar do mundo.

Os três textos escolhidos, apesar de fazerem parte do universo literário, são carregados de verossimilhança e podem representar situações cotidianas vividas em lixões não apenas do Brasil, mas de qualquer outro local do mundo. Podendo a eles, mesmo que de forma hipotética, ser aplicada a legislação ambiental vigente, a fim e que se proceda uma análise das personagens com relação a sua inter-relação com o meio ambiente. Tratadas como seres dispensáveis ou verdadeiros refugos humanos (Bauman, 2005), essas personagens precisam sobreviver e, sem muitas opções, retiram do lixo a fonte de sua sobrevivência.

## **UMA LEITURA DE OBRAS LITERÁRIAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Conforme defendem Candido (1995), Candido (2005) e Pound (1997), há uma estreita relação entre o texto literário e a vida social de um povo. Os artistas baseiam-se em fatos colhidos do cotidiano e daí tiram a matéria bruta que, depois de trabalhada com a arte da palavra, pode transformar-se em conto, poema, romance, novela, peça teatral, crônica etc. No entanto, é possível também fazer o caminho inverso e comparar essas figuras de papel com pessoas reais, inclusive encaixando as personagens dentro de um sistema de legalidade e de uma legislação específica para cada caso.

Levando-se ao pé da letra o que está escrito na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, todos os textos literários aqui analisados deveriam ser reflexo única e exclusivamente da imaginação de seus autores. E, ao serem postos no papel, seriam apenas matéria de ficção, sem qualquer vinculação com a realidade. Mas como estão escritos, publicados, são lidos com frequência e comparados com a realidade circundante, percebe-se que as normas constitucionais nem sempre são cumpridas.

Logo no terceiro inciso do primeiro capítulo da Constituição Federal está colocado como um dos princípios gerais “a dignidade da pessoa humana” (Senado Federal, 2001, p. 13). Percebe-se nos três textos que essa garantia da dignidade humana não encontra ressonância em nenhum dos casos analisados. No poema de Manuel Bandeira, o homem, que é colo-



cado em uma situação inferior à do cão, do gato e do rato, tem que procurar comida entre os dejetos que foram destinados ao lixo e nem mesmo tem a oportunidade de examinar o que irá ingerir, tal é a sua necessidade de sobrevivência. O que sem dúvida fere sua dignidade como pessoa. O mesmo acontece com Orolando Mapanga, que como diz no conto “não tinha onde cair vivo” (Couto, 1991, p. 41) e se alimenta dos restos encontrados junto como os despojos descarregado pelo caminhão de lixo e dorme abraçado a um porco para aproveitar o calor emanado pelo animal e com isso suprir um pouco a falta de proteção contra as intempéries naturais. A protagonista de *Quarto de Despejo* passa por esse mesmo sofrimento, pensando para conseguir trocar produtos encontrados no lixo por dinheiro com o qual poderá proteger e alimentar seus filhos. Tais situações estão em oposição ao que está escrito no artigo terceiro da Constituição Federal, que traz como alguns objetivos gerais da República Federativa do Brasil: “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...) III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais” (Senado Federal, 2001, p. 13).

Levando-se em consideração também o que está disposto no artigo 48 da Lei 13.305, de 02 de agosto de 2010, e que trata da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, nenhuma das personagens dos textos em análise poderiam alimentar-se, fixar residência ou catar lixo no local em que estão, pois, segundo a lei:

São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II – catação, observado o disposto no inciso V do artigo 17;

III – criação de animais domésticos;

IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V – outras atividades vedadas pelo poder público.

(Brasil, 2016, p. 108)

No entanto, no conto de Mia Couto, o protagonista tem sua residência localizada dentro do lixão. O narrador, ao citar onde se encontra a personagem o faz como se descrevesse um endereço fixo, deixando claro que “lugar de viver de Orolando era na lixeira, lá no interior, primeira transversal à direita. Com boas vistas para o mar, mesmo na vertente de um monte de desperdício. Apanhando boa brisa, mau grado os péssimos odores” (Couto, 1991, p. 41). O local, além de moradia, serve também como banheiro, residência e local de trabalho, uma vez que “ali despachava seus afazeres” (Couto, 1991, p. 41), e também como despensa ao ar livre, já que “ao fim da tarde, saía a procurar restos de comida, gordurazinhas, singelas putrefações. Raspava o fundo das latas, auscultava o ventre dos sacos” (Couto, 1991, p. 41). Além disso, Orolando Mapanga também começa a criar um porco em pleno lixão, contrariando o que está previsto no artigo acima transcrito.

Situação parecida vive a protagonista de *Quarto de Des-*

*pejo*, embora não residam dentro do lixão, ela e sua família dependem do que ali é jogado descartado para que tenham alimento à mesa, mas nem sempre isso é possível. Em diversos momentos da narrativa, ela reclama do que acontece durante a busca de comida, o que não acontece apenas em lixões, mas também próximo a estabelecimentos comerciais:

Percebi que no frigorífico jogam creolina no lixo, para favelado não catar a carne para comer (JESUS, 2007, p. 45).

Quando passei perto da fábrica vi vários tomates. Ia pegar quando vi o gerente. Não aproximei porque ele não gosta que pega. Quando descarregam os caminhões os tomates caem no solo e quando os caminhões saem esmaga-os. Mas a humanidade é assim. Prefere vê estragar do que deixar seus semelhantes aproveitar. Quando ele afastou-se eu fui pegar uns tomates. Depois fui catar mais papéis (Jesus, 2007, p. 78).

Diferentemente do que ocorre com Orolando Mapanga e com o catador de comida de Manuel Bandeira, a protagonista do livro de Carolina Maria de Jesus tem uma consciência crítica de sua pobreza e de seus direitos. Enquanto em *Lixo, Lixado* e em *O Bicho*, a indignação com a situação de mendicância vem mais por parte do leitor do que das personagens, em *Quarto de Despejo* a própria narradora-personagem comenta que “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem pas-

sa fome aprende a pensar no próximo (sic), e nas crianças.” (Jesus, 2007, p. 30). Essa fala está diretamente ligada ao preceito constitucional dos direitos sociais da pessoa, ao declarar que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Senado Federal, 2001, p. 13).

Às três personagens em análise neste trabalho são negados praticamente todos esses direitos básicos e essenciais à dignidade humana. Mesmo que em *Quarto de Despejo* a personagem central tenha aprendido ler e a escrever e tente manter seus filhos na escola, os demais direitos lhe são negados, assim como também a Orolando Mapanga e ao catador de comida do poema de Manuel Bandeira, dos quais não se tem notícia sobre escolaridade, mas que, pelo contexto, parece que não receberam uma educação formal aprofundada. Sem voz, essas duas personagens masculinas destoam do poder verborrágico da protagonista de *Quarto de Despejo*, que questiona, reclama e ironiza a situação vivida, exercendo parte de sua cidadania diante da situação caótica em que vive.

Promulgada em 05 de janeiro de 2007, a Lei 11.445/2007 estabelece os princípios básicos para a para o saneamento básico no Brasil tendo como um de seus princípios fundamentais a “universalização do acesso” (Brasil, 2016, p. 113) aos seguintes elementos básicos, que são “abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente” (Brasil, 2016, p. 113). Essa

universalização dos serviços de saneamento básico também é prevista no Decreto 11.599, de 12 de julho de 2023. Mesmo previsto por força de lei, as personagens analisadas que, de certa forma representam parte da população, não têm acesso a esses direitos. São elas que, na busca de sobrevivência, acabam recolhendo parte dos dejetos que iriam apodrecer e contribuem, da pior maneira possível, com a limpeza urbana. Dessa forma, essas personagens, caso fossem consideradas entidades não ficcionais, fariam parte de uma estatística que informa haver “mais de um bilhão de pessoas [que] não têm acesso adequado e a um preço aceitável à água potável. Perto de dois bilhões e meio não dispõem de qualquer tipo de saneamento” (Camdessus et al, 2005, p. 11).

As áreas destinadas à deposição de resíduos sólidos urbanos, que deveriam ser inabitadas, conforme prevê a Lei 13.305, com os produtos ali depositados sendo considerados impróprios para consumo humano, e mesmo para manuseio, acabam servindo com moradia para pessoas com Orolando Mapanga, fonte de renda para a personagem de Carolina Maria de Jesus, solução imediata para saciar a fome, como ocorre com a personagem de Manuel Bandeira, e ponto de refúgio para todas essas criações ficcionais, mas que deixam de lado a dignidade na esperança de encontrar algo que, mesmo estragado, possa servir como alimento para o corpo. Ao comparar a vida dessas personagens com as leis vigentes, percebe-se que algumas pessoas vivem abaixo do nível daquilo que poderia ser chamado de cidadania, afinal:

Quando a sociedade chega a tal estágio, a dignidade humana fica soterrada pela certeza inefável da miséria, e o núcleo familiar se vê irremediavelmente apunhalado pela brutalidade da fome e pela desesperadora angústia de falta de perspectiva de poder exercer plenamente a cidadania. (COSTA, 2005, p. 4)

Embora não seja citada no conto de Mía Couto e no poema de Manuel Bandeira, a questão da água é um dos imperativos do romance de Carolina Maria de Jesus. Sem acesso à água encanada no local onde mora, a protagonista, em diversos momentos da obra narra sua saga conseguir esse recurso que constantemente lhe é negado, conforme se pode ver nos excertos abaixo:

Levantei de manhã e fui buscar água. Discuti com o esposo da Sílvia porque ele não queria deixar eu encher minhas latas (Jesus, 2007, p. 28).

Deixei o leito as 6 e meia e fui buscar água (sic). Estava a fila enorme. (...). Atualmente é difícil pegar água, porque o povo da favela duplica-se. E a torneira é só uma (Jesus, 2007, p. 109).

Esses exemplos contrastam com o que está dito na Lei 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que traz como um de seus objetivos “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (Brasil, 2015b, p. 63). No artigo 200 da Constituição Federal, está

previsto também que faz parte das competências do Sistema Único de Saúde “fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano” (Senado Federal, 2001, p. 116). Mesmo sabendo que “o estado de abastecimento de água e saneamento nos países em desenvolvimento é caótico” (Dias, 2004, p. 317), pode-se perceber que as pessoas em estado de vulnerabilidade social sofrem mais com essa crise abastecimento do que as que vivem fora desse fator de risco. E a falta de acesso das pessoas aos recursos hídricos pode diminuir a expectativa de vida e a afetar as condições gerais de saúde, pois “a ausência de água é doença e morte” (Camdessus, et al, 2005, p. 11).

De modo geral, às personagens dos textos analisados, foram negados o acesso ao que está preceituado no caput do artigo 225 da Constituição Federal, que trata diretamente do meio ambiente, onde está escrito que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Senado Federal, 2001, p. 125)

O ambiente em que essas personagens vivem, seja ele o lixão, a favela ou perambulando pelas ruas em busca de alimento não pode ser considerado “ecologicamente equilibrado” e dificilmente irá oferecer às pessoas simbolicamente

representadas por essas personagens uma “sadia qualidade de vida”. Também não se vê nos textos o poder público engajando-se para fazer prevalecer o que está escrito no artigo 182 da Carta Régia da Nação, quando afirma que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Senado Federal, 2001, p. 108)

As personagens estudadas neste artigo são socialmente desamparadas e tratadas como refugio humano ou seres indesejáveis pela sociedade (BAUMAN, 2005). Mesmo contando com uma legislação que as ampare, faltam-lhes orientação e formação para reivindicar seus direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um texto literário oferece diversas possibilidades de leitura, de interpretação e de análise. Neste artigo, foram analisados três textos literários, a saber, *O Bicho*, poema de Manuel Bandeira; *Lixo, Lixado*, conto de Mía Couto; e *Quarto de Despejo*, romance/diário de Carolina Maria de Jesus. Todos foram lidos com a perspectiva de relacionar a vivência das personagens com aspectos da legislação ambiental vigente no Brasil.

Ao longo do estudo, foi possível perceber-se que, embora existam legislações específicas em defesa do meio am-



biente e algumas partes das leis que se refiram ao bem-estar do ser humano, nem sempre é possível observar que esses dispositivos legais estejam sendo postos em prática para todos os membros da sociedade. Foi visto que as personagens estudadas, que, metaforicamente, podem representar figuras humanas fora da ficção, enfrentam condições de desamparo legal e de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum acesso aos recursos básicos para que elas possam exercer plenamente a cidadania.

As personagens aqui estudadas vivem dentro ou próximo a lixões, têm acesso restrito à água, não comungam de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, alimentam-se de restos deixados pela população e vivem em situações em que a dignidade prevista pela Constituição Federal lhes é negada.

Os três textos literários se entrelaçam na crueza com que as personagens são tratadas e podem servir como forma de o leitor observar a realidade circundante em busca de melhores condições de vida e de um equilíbrio ambiental e social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP, 2003

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Record, (s/d).

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Editora

Zahar, 2005.

BRASIL. *Educação Ambiental*. Brasília: Senado Federal, 2015a.

BRASIL. *Água*. Brasília: Senado Federal, 2015b.

BRASIL. *Resíduos sólidos e saneamento básico*. Brasília: Senado Federal, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Ensayos y comentarios*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Fondo de Cultura Económica de México, 1995.

CAMDESSUS, Michel; et al. *Água, oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIDO, Antonio. A Personagem do Romance. In: Candido, Antonio, et al. *A personagem de ficção*. 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COSTA, José R. Neres. Quando lixo vira ouro. São Luís: *O Estado do Maranhão*, 19 de abril de 2005, Opinião, p. 04.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

MONTEIRO, Karla. Escritora Carolina Maria de Jesus viveu do caos ao caos. In: *Folha de São Paulo*, 20.11.2014. Disponível

vel em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>. Acesso em 31.12.2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

SILVA, Hannah Isabel Souza Aragão. Representação das relações identitárias e de memórias nas crônicas A Velha e a Aranha e Lixo, Lixado, de Mia Couto. In: *Revista Claraboia*, Jacarezinho/PR, v.7, p. 173-183, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/912/pdf>. Acesso em 31.12.2017.



# ALGUNS CUSTOS INVISÍVEIS DO USO INADEQUADO DE RECURSOS HÍDRICOS<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

Quanto custa um carregamento de água em um carro pipa? Qual o preço de uma mesa talhada em madeira de lei? Quantos reais são necessários para se ter, clandestinamente, um animal silvestre criado em cativeiro? Qual o custo mensal da manutenção de um sistema de esgoto que leve nossos dejetos para bem longe de nossas residências? Quanto se paga pelo deslocamento diário de automóvel para o trabalho ou para o lazer? Essas e muitas outras perguntas poderiam ser feitas diariamente e suscitariam inúmeros comentários, reflexões e discussões.

1 Artigo publicado inicialmente na Revista *Educação Ambiental em Ação*, em 2018.

Detalhe da imagem da página anterior: Manilhas quebradas em Praia de São Luís (Avenida Litorânea). Foto tirada em 2018, pelo autor deste E-book.

Para muitas pessoas, porém, as respostas para as indagações feitas acima poderiam ser simplificadas com a mera exposição de uma planilha que expusesse os respectivos preços de mercado para cada um dos itens citados e para todos os demais que pudessem ser futuramente relacionados em uma lista quase infinita de recursos necessários para o bem-estar físico e/ou mental de uma população que consome cada vez mais e que nem sempre está atenta aos efeitos ocasionados pelas aparentes funcionalidades de uma vida moderna que a cada dia parece se tornar mais complexa e consumista.

Respostas como cem, trezentos, mil ou dois mil e quinhentos reais podem até ser tomadas como verdadeiras do ponto de vista do impacto pecuniário no orçamento de uma pessoa, de uma família, de uma empresa ou de uma comunidade, mas também podem omitir um custo invisível que se esconde por trás dessas cifras: o custo dos impactos ambientais ocasionados pelas interferências antrópicas no meio ambiente e que podem levar a uma escassez de recursos em um futuro próximo.

O objetivo deste artigo é demonstrar que, além das relações de troca de bens materiais com seus respectivos valores venais, a intervenção do homem no ecossistema, principalmente com relação ao uso inadequado dos recursos hídricos, traz também outros custos não visíveis à primeira vista, mas que podem influenciar na relação entre o homem e o ambiente.

Os aspectos tratados neste artigo não são fruto de pesquisas *in loco* e não se limitam à explanação relacionada a uma

determinada localidade. Eles são frutos das observações do autor e de suas reflexões baseadas em leitura de autores como Camdessus, Badré, Chéret e Téniére-Buchot (2005), Marengo (2006), Lovelock (2010), Welzer (2010), Saccaro (2012) e Romeiro (2012), Richter (2015), entre outros.

## **ÁGUA: UM RECURSO EM PERIGO**

Ao entrar em contato pela primeira vez com as terras brasileiras, o escrivão-mor da esquadra de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, demonstrou-se espantado com a quantidade de água disponível nas terras descobertas. Em sua famosa carta destinada ao rei de Portugal, Caminha (s/d, p. 14) Comenta que “Águas são muitas; infinitas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. A quantidade de água é exaltada em outros trechos da carta: “E passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga; e outros muitos com eles. E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros.” (Caminha, s/d, p. 05). A presença de água potável em abundância parece haver causado espanto nos primeiros visitantes que oficialmente aportaram nas terras brasileiras. Não é à toa que em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1587, o navegante e pesquisador português Gabriel Soares de Sousa tenha tido tanto cuidado ao descrever os rios e a importância destes para o deslocamento e para a manutenção dos habitantes da nova terra descoberta.

No entanto, pouco mais de cinco séculos após a chegada dos europeus às terras americanas, os recursos hídricos, que antes eram abundantes e potencialmente indestrutíveis já vêm dando mostras de que estão escasseando e que podem entrar em colapso, caso alguma providência não seja tomada.

É ponto pacífico entre os cientistas que “a vida na terra é totalmente dependente de água e três quartos do volume de quase todas as formas de vida são água” (Lovelock, 2010, p. 87), pois “a ausência de água é doença e morte” (Candessus, et all, 2005. pág. 11). No entanto, não obstante a importância desse recurso para a manutenção da vida na Terra, o homem parece ainda não ter consciência de que alguns de seus atos podem levar o mundo a ter de conviver com a escassez de recursos hídricos em um futuro talvez não tão distante. Milano (2012, p. 16) alerta para o fato de que nas últimas quatro décadas “a disponibilidade de águas superficiais para fins de irrigação, consumo doméstico e industrial caiu pela metade”. A certeza de que a água é um bem renovável com infinitas possibilidades de uso e de reaproveitamento fez com o ser humano, ao longo da história e, mais intensamente nas últimas décadas, utilizasse esse recurso sem a devida preocupação com relação a um possível colapso.

Mesmo em um passeio descompromissado pela maioria das cidades, é possível observar o desperdício dos recursos hídricos, seja por parte dos poderes públicos constituídos, por meio de vazamentos e de inadequações de projetos, demonstrando “total falta de planejamento, por parte de nossas autoridades, do uso dos recursos hídricos” (Suassuna, 2012, p.



111) ; seja por parte da população em geral, ao lavar carros, calçadas ou não cuidar corretamente das instalações hidráulicas e sanitárias de suas residências. Isso pode levar à constatação de que

O Brasil registra também elevado desperdício: de 20% a 60% da água tratada para consumo se perde na distribuição, dependendo das condições de conservação das redes de abastecimento. Além dessas perdas de água no caminho entre as estações de tratamento e o consumidor, o desperdício também é grande nas nossas residências, envolvendo, por exemplo, o tempo necessário para tomarmos banho, a própria forma como tomamos banho, a utilização de descargas no vaso sanitário que consomem muita água, a lavagem da louça com água corrente, no uso da mangueira como vassoura na limpeza de calçadas, na lavagem de carros etc.. (Brasil, 2005, p. 29).

Os hidrômetros instalados nas residências servem como elemento de contenção de alguns desperdícios de água, pois os excessos são sentidos a partir de aumentos da conta no final do mês, quando a cobrança chega aos lares e estabelecimentos comerciais. No entanto, esses custos pecuniários visíveis talvez possam esconder outros números bem mais alarmantes, como, por exemplo, “as projeções da Organização das Nações Unidas indicam que, se a tendência continuar, em 2050 mais de 45% da população mundial estará vivendo em países que não poderão garantir a cota diária mínima de 50 litros de água por pessoa” (Brasil, 2005, p. 27), ou ainda o fato

de atualmente haver mais de dois bilhões de pessoas vivendo em regiões onde o acesso à água é escasso (Milano 2012), mas antes disso, “muitas partes do mundo sofrerão falta de água até 2030” (Lovelock, 2010, p. 86).

Embora o senso comum se apegue à falácia de que água é um recurso renovável e ilimitado, nas concepções da ciência essa ideia não encontra tanta ressonância, pois há o temor de que a água acabe se tornando escassa em algumas décadas. Para tentar minimizar esse processo houve, no Brasil, a aprovação, em 1997, da Lei 9.433/97, batizada politicamente como Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, mas também conhecida como Lei da Água. Essa Lei, logo em seu artigo primeiro, reconhece ser a água “um bem de domínio público” (Brasil, 2015, p. 62) e, logo a seguir classifica água como “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”. (Brasil, 2015, p. 62). Essa certeza de que os recursos hídricos podem entrar em colapso encontra-se também evidenciada na chamada Agenda 2030, lançada em 25 de setembro de 2015, que traça 17 objetivos a serem alcançados nos 15 anos seguintes.

Desses objetivos capitais, dois estão diretamente relacionados ao elemento água: o 6º (água limpa e saneamento) e o 14º (vida debaixo d’água). Contudo, outros oito objetivos podem ser também vinculados à necessidade de preservação dos recursos hídricos (Erradicação da pobreza, saúde de qualidade, energias renováveis, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo responsável, combate às mudanças climáticas e vida sobre a terra), já que a vida está diretamente ligada à presença da água no meio ambiente

e os prejuízos causados pela ausência ou mesmo escassez desse recurso seria incalculável.

Dessa forma, a seguir foram selecionadas algumas situações em que o uso inadequado dos recursos hídricos pode trazer ocultos alguns custos que nem sempre podem ser facilmente calculados. Convém, no entanto, alertar para o fato de que nem sempre a concepção de uso inadequado dos recursos hídricos estará obrigatoriamente atrelada à ideia de desperdício, podendo trazer em seu bojo outras noções que vão além disso.

## **RECURSOS HÍDRICOS E SAÚDE PÚBLICA**

Água é uma das principais necessidades humanas. Sem esse recurso natural, a vida pode deixar de ser possível e o planeta pode tornar-se um lugar inóspito e em condições de sustentar-se tal como o conhecemos hoje.

Contudo, os recursos hídricos não podem ser vistos apenas como algo possível de ser bebido e que serve para a higiene coletiva ou pessoal. A importância deles vai muito além disso. Água é também questão de saúde pública. O mau uso ou a má gestão da água pode implicar problemas que vão além das possibilidades de cálculo monetário. Vejamos alguns exemplos práticos disso:

1) A falta ou excesso de água podem trazer transtornos para os agricultores e a consequente queda (ou até mesmo perda total da safra). Richter (2015), comenta que o mau uso

da água já levou a uma queda de aproximadamente 40% na produção de grão na América Central, com perdas também na produção de grão no Oeste dos Estados Unidos. Com isso, os produtos ficam mais escassos e tendem a ter seus preços majorados na tentativa de manter a margem de lucro dos produtores e dos atravessadores. Em algumas situações, o consumo desses elementos fica impossível e isso ocasiona, por falta de alguns nutrientes que nem sempre podem ser substituídos, o organismo humano pode passar por algumas alterações que precisam ser tratadas com suplementação ou intervenção medicamentosa. Gerando mais despesas se mesclam com outras necessidades da saúde pública e que se multiplicam de acordo com as diversas variáveis que podem aparecer na situação-problema.

2) O aparentemente simples fato de deixar água estagnada em algumas regiões pode facilitar a proliferação de mosquitos como o *Aedes Aegypti*, o transmissor de doenças como dengue, febre amarela, chikungunya e zika. Os impactos financeiros dessas doenças vão muito além do calculável, mas poderiam ser minimizados com uma atenção especial aos criadouros do mosquito, que geralmente estão relacionados com a água parada. Só para tentar conter um surto de febre amarela que atinge o Brasil no início do ano de 2017, o Ministério da Saúde disponibilizou “40 milhões de reais aos municípios mais afetados” pela doença, segundo dados publicados na página eletrônica do Ministério da Saúde, que conta-

bilizou 76 casos confirmados de óbitos até às 13 horas do dia 09 de fevereiro de 2017, tendo como causa a febre Amarela. Isso sem contar os investimentos em pesquisas, campanhas publicitárias de prevenção às doenças. Nesses números incalculáveis, devem também ser adicionados os custos médicos, hospitalares e sociais ocasionados pelos casos de crianças nascidas com microcefalia, além de tantos outros que elevam vertiginosamente tanto os gastos familiares quanto os estatais.

3) Consumir água é essencial para a vida como um todo. No entanto, essa água deve trazer o mínimo de potabilidade para que não ocasione prejuízos. No caso dos seres humanos, beber água poluída ou ter pouco acesso a esse recurso essencial à vida, pode acarretar sérios problemas de saúde, que terão impacto direto na economia, com afastamento das pessoas do trabalho para tratamentos, queda no rendimento da produção do trabalhado devido a problemas de saúde e muitas outras situações.

## **RECURSOS HÍDRICOS E TURISMO**

Diversos municípios conseguem parte de seus recursos a partir da exploração turística de seus recursos hídricos. Em São Paulo, por exemplo, há o chamado Circuito das Águas, formado por diversas localidades, como Amparo, Águas de Lindóia, Jaguariúna, Pedreira e Serra Negra, entre outras, que atraem um grande número de turistas. O mesmo ocorre com as cidades goianas de Alto Paraíso, Formosa, Cavalcante e



Figura 1 Exploração dos recursos hídricos pelo turismo em Bonito (MS).  
Fonte da imagem: Internet

A água, em casos assim deixa de ser apenas uma fonte de consumo para hidratar o corpo e manter o equilíbrio vital, passando a ser também uma espécie de refúgio para alguns e fonte de lucro e/ou sobrevivência para outros. Mas essa estreita relação dos recursos hídricos com o turismo e o lazer também traz alguns custos invisíveis que precisam ser analisados.

1) Nessas cidades turísticas, geralmente o custo de vida se torna muito elevado e a população original acaba tendo que se deslocar para áreas periféricas, agravando as condições de vida e, de certa forma, marginalizando e excluindo quem antes era tido como herdeiro natural dos recursos. Obviamente que a indústria do entretenimento aloca recursos para áreas

que antes não teriam como sustentar-se, mas com o crescente fluxo de pessoas que ocorrem a esses lugares, se não houver um planejamento estratégico para reverter os danos ambientais ocasionados pelo fluxo contínuo de pessoas sem responsabilidade social com os entornos da região o aparente lucro com o turismo pode transformar-se em altíssimos custos na busca de recuperação do ambiente degradado.

2) A poluição é um dos fatores que pode esconder alguns custos na quase invisível matemática que envolve o uso e a exploração dos recursos hídricos, pois nos arredores dessas atrações cresce toda uma logística para satisfazer os interesses financeiros e/ou ideológicos. Mas quando algo sai do controle, todo esse sistema econômico que se alimenta do ir e vir dos turistas e demais frequentadores fica afetado. É o caso, por exemplo da língua negra que se estendeu por uma praia em São Luís em agosto de 2015 (Imagem 2) e que voltou a aparecer em outras ocasiões. O que parecia apenas um evento ambiental acarretou diversos outros problemas, como queda na frequência das pessoas a essa praia, fechamento de bares e restaurantes, demissão de funcionário, processos no Ministério Público, impactos negativos na divulgação da cidade para novos visitantes, disseminação da imagem em redes sociais entre outros entraves.



Figura 2 Fenômeno da língua negra em uma praia de São Luís. Fonte da Imagem: Internet.

É preciso então levar sempre em conta que um correto, equilibrado e planejado uso dos recursos hídricos com fins de exploração para o turismo e o lazer pode trazer lucro não apenas para as pessoas diretamente envolvidas nessa indústria, mas também para sistemas paralelos, como arrecadação de impostos, locação de bens e de serviços e tantos outros que em sempre são contabilizados.

## **RECURSOS HÍDRICOS E QUESTÕES POLÍTICAS**

A posse ou consumo da água pode ir além da ques-



tão econômica, podendo assumir um caráter político envolvendo situações totalmente fora do controle e até mesmo do conhecimento das pessoas que utilizam a água apenas como usuárias. Esse jogo político em torno da posse dos recursos hídricos é a tônica do filme *007 – Quantum of Solace*, lançado em 2008. Quando o público é levado a pensar que o golpe de estado seria dado por conta de minas de pedras ou metais preciosos, ou pela posse de jazidas de petróleo, descobre que as articulações e jogos de interesses se dão pela disputa pelos mananciais de água.

Saindo da ficção e indo para o campo da realidade, Welter (2010) remete à previsão praticamente apocalíptica de que, no século XXI, os grandes conflitos entre nações não ocorrerão por causa de desavenças religiosas ou por estabilidade econômica, mas sim por conta da drástica mudança climática que levará à escassez de água. Dessa forma, ter o domínio das fontes de recursos hídricos, principalmente da possibilidade de negociação tendo como moeda de troca água potável, será equivalente a ter o domínio político do mundo.

Nessa mesma linha alarmista Camdessus e seus colaboradores (2005) preveem que neste novo milênio, a crise hídrica ganhará as proporções de uma catástrofe mundial, com milhões de pessoas morrendo por ano por falta de possibilidade de consumir a quantidade mínima de água. Os autores calculam oito milhões de mortos por ano por carência de água potável, sendo que quase metade dessas vítimas será compostas por crianças, constituindo o que os pesquisadores chamam de “uma tragédia anunciada”, com vítimas que nem são con-

tabilizadas pelos órgãos oficiais.

A cada ano, muitos milhões de pessoas, principalmente crianças, morrem em silêncio, no fio do nosso deixar para lá. Bem mais do que pela AIDS ou por conflitos armados. Mortos silenciosos e esquecidos. (Camdessus, et al, 2005, p. 26)

Então, dessa forma, os custos relativos ao uso inadequado da água tornam-se ainda mais difíceis de serem calculados pois passam a envolver a imaterialidade da vida humana, exigindo, então, recursos financeiros para prevenir essas perdas e buscar uma melhor distribuição dessas riquezas naturais.

Por ser uma temática que envolve as relações de articulações políticas Richter (2015) lembra que é preciso que haja intervenção governamental para impedir que a situação se torne ainda mais drástica.

Essas preocupações com o bem-estar do homem diante de uma possível crise hídrica são compartilhadas, de modos diversos, por diferentes estudiosos do assunto (Lovelock, 2010; Marengo, 2006; Camdessus 2005; Welzer, 2010; Alho 2012; Romeiro, 2012; Richter, 2015), que, em um tom mais ou menos alarmista mostram que é preciso fazer algo para evitar que a água se torne um recurso raro e acessível apenas para alguns poucos privilegiados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trata apenas de uma mínima fração do que é a problemática da má gestão dos recursos hídricos no mundo e seus reflexos na vida das pessoas em geral. Seu objetivo maior foi mostrar que nem sempre é possível mensurar em escala monetária os custos ocasionados pelo descaso, pela poluição e pelos conflitos políticos que soam quase como inexistentes, mas que fazem parte do cotidiano.

Diversos outros tópicos poderiam ser imiscuídos entre os três que foram discutidos, já que a temática da água permeia todos os momentos da vida humana, desde o nascimento até a morte. No entanto, por limitações impostas pela própria extensão de um artigo, não se pôde explorar outros subtemas relacionados com o assunto geral.

O artigo não tem a menor pretensão de esgotar um assunto que por si só já é inesgotável, mas serve para chamar a atenção para o fato de que há a necessidade de discussão e de buscar-se alguma solução para um problema que já está em fase de andamento e que poderá levar até mesmo a decretar o fim da vida no planeta, pelo menos da vida como a conhecemos hoje.

O objetivo maior do trabalho foi demonstrar, com exemplos práticos e com o aporte teórico citado, que é preciso tomar alguma providência no sentido de cuidar dos recursos hídricos a fim de que as gerações futuras também possam contar com esse bem tão necessário à vida no planeta.

## REFERÊNCIAS

ALHO, Cléber J. R. Importância da Biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. In: *Estudos Avançados*, 26 (74), 2012.

BRASIL. *Consumo Sustentável: Manual de educação*. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005.

BRASIL. *Água*. Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

CAMDESSUS, Michael, et all. *Água – oito milhões de mortos por ano, um escândalo mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Belém: Unama; s/d. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

LOVELOCK, James. *Gaia: Alerta Final*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

MARENGO, José A. *Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Diversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. Brasília: MMA, 2006.

MILANO, Miguel, Serediuk. Meio Ambiente, desenvolvimento e conservação da natureza. In: PALAZZO JR, José Truda; CARBOGIM, José Bosco Príamo. *Conservação da Natureza, e eu com isso?* Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

RICHTER, Brian. *Em Busca da água: um guia para passar da escassez à sustentabilidade*. São Paulo: Oficina do Texto, 2015.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. In: *Estudos Avançados*, 26 (74), 2012.

WELZER, Harald. *A Guerra da Água: por que mataremos e seremos mortos no século XXI*. São Paulo: Geração Editorial, 2010.



# ENTRE ACLIVES E DECLIVES: um breve olhar sobre o passado e o presente do povoado de Santa Fé, em Pastos Bons<sup>1</sup>

---

---

---

---

## INTRODUÇÃO

Cada agrupamento humano é único dentro de suas peculiaridades, mas ao mesmo tempo, carrega consigo toda a tradição humana que ultrapassa as barreiras do meramente regional. Quase sempre os estudiosos se preocupam apenas com os grandes aglomerados humanos e com os eventos que marcaram uma época. No entanto, a História não pode ser feita apenas desses momen-

---

1 Artigo publicado na *Revista Semana Acadêmica*, em 2017. O artigo foi também publicado como capítulo do livro *Estudo de Ocupação do Espaço Regional*, organizado por Gilberto Luiz Alves e Carla Letícia Gediel Riveu-Wendt, em 2020.

Detalhe da imagem da pagina anterior. Rua do povoado Santa Fé, em Pastos Bons. Foto tirada por Linda Barros, em 2022.

tos máximos e dessas personalidades que se destacam além dos limites dos povos. A História também se faz a partir de situações microfísicas que nem sempre são percebidas pelas pessoas.

Foi a partir dessa concepção de que até mesmo os mais sutis acontecimentos possam ser importantes se vistos sob determinado ângulo, que este trabalho a respeito da ocupação, evolução e atualidade de um povoado situado no sertão maranhense vem à luz. A fim de cumprir seus objetivos, o artigo está dividido em quatro partes que se completam. No primeiro momento, foi definida e explicada a metodologia utilizada. A seguir foi feito um breve levantamento da ocupação e da história de Pastos Bons, município onde está situado o objeto central do estudo. Logo depois, há um levantamento do histórico da ocupação do povoado, seus fundadores e a personalidade mais ilustre da localidade, para, finalmente fazer-se um esboço da situação atual do local, em seus aspectos físicos e sociais.

Como praticamente não existem estudos publicados a respeito da localidade escolhida, espera-se que o presente artigo desperte o interesse de membros da comunidade local e de outros pesquisadores para os aspectos aqui apresentados e para outros que não foram abordados neste artigo.

## **METODOLOGIA**

Raras são as informações escritas sobre o povoado de Santa Fé em livros e/ou periódicos. Mesmo na grande rede



mundial de computadores há poucas referências a este povoado, o que levou o pesquisador a optar por investigar seu objeto de estudo a partir das fontes primárias em forma de conversas informais com algumas pessoas nascidas no povoado ou que, reconhecidamente, tenham sido citadas pelos informantes como conhecedoras da história da localidade.

Dessa forma, o processo de coleta dos dados foi dividido em duas etapas distintas: na primeira, foram estabelecidas conversas informais com seis pessoas nascidas em Santa Fé e que no momento da pesquisa estivessem na faixa acima dos 40 (quarenta) anos de idade. A seleção dos informantes não teve caráter aleatório e foi estabelecida com base em alguns critérios que vão além da idade. As condições de corte foram as seguintes: a) os informantes deveriam haver nascido na localidade estudada; b) deveriam haver passado, obrigatoriamente, pelo menos parte da juventude no povoado; c) deveriam demonstrar sentimento topofílico com relação à Santa Fé; d) deveriam estar dispostos a colaborar com informações.

Tais critérios de seleção foram estabelecidos com o intuito de filtrar informações que possivelmente não seriam necessárias para estabelecer o histórico do movimento de ocupação da localidade. Nesse primeiro momento, as oitivas tiveram caráter informal e não foram filmadas nem gravadas, uma vez que o interesse geral era o de recolher dados que possibilitassem de outros informantes em perfeitas condições prestar depoimentos mais aprofundados a respeito da história do povoado.

Os informantes localizados indicaram nomes de pes-

soas pertencentes a gerações anteriores a deles e que tiveram participação ativa na ocupação do local ou que receberam de seus familiares e amigos informações sobre o tema desta investigação.

Cotejados os nomes dos possíveis informantes, foram estabelecidos os contatos e feitas as entrevistas, que desta vez tiveram seus registros gravados para consultas posteriores. Os dados obtidos foram a seguir cotejados com as demais informações.

Para finalizar o estudo, o pesquisador fez uma observação *in loco* no povoado no período compreendido entre 27 de dezembro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, a fim de comprovar algumas informações recebidas e também de verificar a atual situação do objeto de estudo. No mais, foram feitas diversas leituras, a fim de situar o município de Pastos Bons no cenário histórico e regional.

## **PASTOS BONS**

Inicialmente considerada freguesia (1744), posteriormente Vila (1811), depois comarca (1835), conforme informa Marques (2008), a região de Pastos Bons cedeu território para o surgimento de diversos outros municípios, como Mirador (em 1870), Loreto (em 1873), Nova Iorque (em 1890), Alto Parnaíba (em 1881) e Benedito Leite (em 1919). A cidade de Pastos Bons foi estabelecida como município a partir de 1933, sendo “a mais antiga das cidades do sul maranhense” (Coelho, 2008, p. 113). Dados disponíveis na página eletrôni-

ca oficial da Prefeitura informam que o município dista 550 quilômetros da capital maranhense e que se limita com os seguintes municípios: Passagem Franca, Nova Iorque, Sucupira do Norte, São João dos Patos e Paraibano. O município pertence à mesorregião do Leste Maranhense e ocupa uma área de 1.620.176 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 11,16 habitantes por quilômetro quadrado, com, segundo dados do IBGE, de 2008, 18.079 habitantes. O bioma predominante é o cerrado. O clima é tropical, com períodos de seca.

Antes de ser declarado como município propriamente dito, Pastos Bons era o nome geral pelo qual era conhecida toda a região que engloba as hoje cidades de São João dos Patos, Passagem Franca, Balsas, chegando a ser anexado, em 1811, ao Distrito de Caxias, conforme comentários de Marques (2008).

De modo Geral, “Pastos Bons foi então uma expressão geográfica, uma denominação regional, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor”, conforme escreveu Carvalho (2000, p. 68), ideia essa corroborada por Coelho (2005, p. 135-136), para quem “Pastos Bons tem esse nome graças à riqueza de suas fontes, à fertilidade de seus campos, de suas florestas, de seu solo, à beleza de sua paisagem”.

Como o objetivo maior deste estudo não é detalhar a história de Pastos Bons, mas sim explorar o povoado conhecido como Santa Fé, que fica nos arredores da sede do município, pode-se acrescentar, para quem tenha interesse em

explora o assunto, o que diz Coelho (2005, p. 87):

As novas gerações de jovens maranhenses do sertão sul precisam conhecer melhor a história da terra. E três livros são indispensáveis para no-la apresentar: o livro do major Francisco de Paula Ribeiro “*Descrição do Território de Pastos Bons*”, escrito de 1819; o livro de Carlota Carvalho “*O Sertão – subsídios para a História e a Geografia do Brasil*”, de 1924 e, agora, “*O Velho Jaborandy*” [de Agostinho Noleto, de 2003].

Dos livros indicados por Celso Barros Coelho, todos ainda podem ser encontrados e consultados, sendo que apenas o último pode ser considerado obra de cunho literários, e as demais são textos clássicos sobre a região. O trabalho de Francisco de Paula Ribeiro, cuja atuação “na região de Pastos Bons pode ser caracterizada como a de um ponta de lança da conquista daquela imensa área” (Martins, 2002, p. 10), além de estar disponível na internet, encontra-se enfileirado no volume *Memórias do Sertão Maranhense*, que traz a compilação de três importantes trabalhos

A essas sugestões de leituras dadas pelo fundador da Academia de Letras, História e Ecologia da Região Integrada de Pastos Bons, podem ser acrescentados os livros *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, de Maria do Socorro Coelho Cabral; *Tempo e Memória: Pastos Bons*, de Celso Barros Coelho, o verbete Pastos Bons do *Dicionários Histórico e Geográfico do Maranhão*, publicado por Augusto César Marques em 1870 e atualizado por Jomar Moraes, em 2008, e a mono-

grafia *Pastos Bons*, publicada em 1967 por Clodoaldo Cardoso.

## **CHEGANDO AO POVOADO**

A 586 quilômetros da capital maranhense, partindo pela BR 135 e depois seguindo pela BR 230, atravessando o município de Pastos Bons, rumo ao sul do Maranhão, está o povoado de Santa Fé. A localidade é pequena e acolhedora, mas raramente aparece apontada nos mapas oficiais. Ao chegar ao ponto conhecido pela população como Boa Esperança, o visitante/viajante encontra uma placa da prefeitura local anunciando a chegada ao povoado, porém, próximo a essa informação vem outra talvez mais significativa: em um bloco de concreto está escrito: “Povoado Santa Fé a 9 km”. Sem esforço, é possível notar que a estrada é de chão batido, tendo sido recentemente feito um serviço de terraplenagem.

Quem optar por conhecer o povoado utilizando os serviços de um ônibus de linha, deve descer cinco quilômetros antes da entrada de Santa Fé, no povoado Mosquito, que fica à margem da BR, e dali esperar algum meio de transporte para chegar a seu destino. Geralmente os moradores da localidade contam com o suporte de amigos e/ou parentes que os esperam a chegada do ônibus. Mas também é possível contar com um serviço de transporte alternativo (lotação) que leva os recém-chegados tanto a Santa Fé quanto a alguns outros vilarejos da circunvizinhança.

O trajeto de Boa Esperança até o povoado é longo, sinuoso e cheio de aclives e declives. As pedras soltas por todo

o caminho exigem perícia e cuidado dos condutores. Não são raros os sinais de que alguém derrapou e saiu da pista, abrindo pequenas clareiras com a largura de carros de passeio ou caminhonetes.

Logo após, uma curva e um declive acentuados, começam a surgir as primeiras casas. Do início da rua Vitor Alves é possível visualizar quase toda a extensão do povoado e observar que ele está na parte baixa da confluência de diversas serras e cercado de uma mata espessa e bastante verde.

## **SANTA FÉ: UM ESBOÇO HISTÓRICO**

O local onde hoje está situado o povoado chamado Santa Fé, no município de Pastos Bons, anteriormente era chamado de Feira, nome que se referia ao fato de ali haver uma feira para a qual se dirigiam moradores de outros povoados dos arredores, como Coco, Bacaba e da antiga Santa Fé, que ficava alguns quilômetros acima, próximo à estrada que atualmente leva ao atual povoado. Ao estudar a história da povoação de Pastos Bons, Cardoso (1947) reproduziu um esboço de mapa produzido pelo Departamento Estadual de Estatística no qual aparece a localidade de Santa Fé. Pode-se deduzir que o ponto no mapa se refere à antiga Santa Fé. No entanto, como o deslocamento da povoação para a antiga localidade chamada Feira foi de apenas poucos quilômetros, pode-se utilizar ainda o referido mapa como localização do povoado, conforme pode ser visto na reprodução a seguir.



Figura 1: Antigo mapa de Pastos Bons. Fonte: Cardoso (1947)

Foi a necessidade de ficar mais próximos do local de compra e venda dos bens de consumo e também a presença de água corrente que levaram os moradores da antiga Santa Fé a se deslocarem alguns quilômetros para se estabelecerem no novo local. Esse deslocamento não levou apenas os habitantes, mas também as peculiaridades do antigo povoado e seu nome. Então, aos poucos, onde era Feira nasceu uma nova Santa Fé.

## OS FUNDADORES

É difícil precisar com total exatidão qual foi a primeira pessoa a chegar à localidade que é objeto de estudo deste trabalho, pois não há registros documentais desse acontecimento. No entanto, a partir dos depoimentos colhidos foi possível identificar os hipotéticos responsáveis pela ocupação, gênese e povoamento da localidade, que anteriormente eram terras pertencentes a um senhor identificado pelos informantes como Manoelzinho, que ainda tem seus descendentes na região, o que vez ou outra ocasiona questões judiciais a respeito da posse das terras. Aparentemente, o movimento de ocupação não teve conflitos físicos, mas os informantes não souberam informar o que aconteceu na época, na década de 40 do século XX.

Os entrevistados não tiveram dificuldade em citar o nome dos três moradores apontados como fundadores do povoado em questão. No entanto, demonstrando uma visão ideológica marcada pelo patriarcalismo, o nome de suas companheiras ou esposas não foi citado como elemento fundador do povoado, corroborando com as palavras de Falci (2007, p. 242), quando afirma que no sertão nordestino foi gestada uma “sociedade altamente fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre ‘brancos’ e ‘caboclos’”, com as mulheres sendo “treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prezadas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar”



(Falci, 2007, P. 249). Talvez por essas concepções ainda estarem arraigadas no imaginário popular, houve preferência por considerar apenas os homens como fundadores do povoado, com evidente apagamento da presença de suas respectivas consortes.

Os três pioneiros na ocupação de Santa Fé receberam como forma de homenagem terem as principais ruas do povoado batizadas com seus nomes. Suas respectivas esposas, que devem ter tido papel relevante nessas incursões não têm seus nomes registrados nos logradouros, e há poucas informações sobre elas.

Os casais Vitor Alves Souza e Alice Alves Barros, Abraão Leão Grangeiro e Maria de Lourdes Alves Sousa, Dioclesiano França Barros e Domingas Ferreira Sandes podem ser considerados os fundadores da localidade. A partir das conversas informais com moradores, foi possível reconstituir um breve perfil de quem foi cada um desses pioneiros na ocupação de Santa Fé.

De ascendência cearense, possivelmente da cidade de Icó, o senhor Vitor Alves é considerado por diversos depoentes como o primeiro dos três fundadores a chegar ao local onde está estabelecida Santa Fé. Além de ser um homem dedicado às lides com a terra, Vitor Alves era também um homem com muita habilidade no uso da linha e da tesoura, sendo excelente alfaiate e iniciando uma tradição que perdura até os tempos atuais: a de homens da família envolvidos com a arte da alfaiataria.

O professor Leigo Abraão Grangeiro está na memó-

ria dos moradores mais antigos como um homem culto, que mesmo sem educação formal foi o primeiro educador do povoado, além de ser uma espécie de médico informal da região. Ele nasceu em 1901 e faleceu em 1980. A família original é oriunda da Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, de onde, fugindo das intempéries, três irmãos – Joaquim, Raimundo e Manoel Grangeiro Cavalcante – atravessaram boa parte do nordeste e se estabeleceram no povoado de Bacuri. Do relacionamento entre Joaquim e uma moradora da região, nasceu Abraão Grangeiro, que, antes de estabelecer-se como educador, atuou no comércio, compreendendo e vendendo produtos, principalmente cocos, por toda a região.

Descendente de portugueses, que possivelmente se estabeleceram em São Paulo e depois migraram rumo ao Nordeste, o senhor Dioclesiano França Barros foi também um dos pioneiros a morar em Santa Fé. A princípio ele era morador da localidade conhecida como Caldeirão e foi se estabelecer na antiga Feira, Atual Santa Fé. Possivelmente, ele e sua esposa chegaram pouco depois de o senhor Vitor Alves haver se estabelecido na localidade. Era proprietário de terras e dono de um engenho no qual produzia rapadura e bebidas alcólicas.

Provavelmente, esses três homens acompanhado de suas esposas, filhos e demais parentes, a partir do início da década de 40 do século XX, deram dinamismo ao lugarejo e depois deles muitas outras famílias chegaram e ali se estabeleceram, transformando a antiga Feira em uma nova povoação que, mesmo pequena, atraiu outros trabalhadores para seu en-

torno, dando origem ao povoado.

## **RAIMUNDO LEÃO GRANGEIRO: O SÁBIO DO POVOADO**

Em quase todas as conversas com os moradores de Santa Fé, o morador mais lembrado e citado foi o do professor Raimundo Leão Grangeiro. Durante as entrevistas informais, as inúmeras referências à pessoa do professor Grangeiro como sendo o morador mais saudoso e benquisto da localidade, fizeram com que houvesse a necessidade de destacá-lo em um tópico à parte deste estudo.

O posto de saúde da localidade, a partir de 18 de junho de 2013, pela Lei Municipal nº 279/2013, proposta pela Câmara dos Vereadores e sancionada pela prefeita Iriane Gonçalo de Sousa Gaspar, passou a receber o nome de Raimundo Leão Grangeiro, em homenagem a um dos mais influentes e respeitados moradores nascidos no povoado.

Uma espécie de médico, sacerdote, conselheiro e professor, Raimundo Leão Grangeiro, nascido em 14 de junho de 1937, foi um dos poucos de sua geração que teve acesso aos estudos formais e, possivelmente por isso, associado a uma postura íntegra, conciliadora e rígida ao mesmo tempo, conquistou o respeito e a admiração dos demais moradores. Filho do casal Abraão Leão Grangeiro e Maria de Lourdes Alves Grangeiro, ele, na juventude deixou o povoado e partiu rumo à sede do município, a fim de dar início a seus estudos. Com o intuito de aprofundar seus conhecimentos, partiu para a vizi-

nha cidade de Floriano, no estado do Piauí, onde concluiu os estudos hoje equivalentes ao ensino médio. De volta ao Maranhão, radicou-se por um tempo na cidade de Caxias, onde fez estudos sacerdotais, sem, no entanto chegar a ser ordenado.

De volta a sua terra natal é recebido como alguém que desbravou novos horizontes e passa a dar aula na pequena escola do povoado. Uma informante, também nascida no local, afilhada de Grangeiro, destaca a rigidez de seu padrinho como professor e seu amor pelos livros, “em sua casa havia livros de todas as áreas, principalmente sobre plantas e ervas medicinais”. Ressaltando que ele não deixava ninguém entrar em seus aposentos e nem mesmo mexer em seus livros.

Um dos informantes declarou que Grangeiro era um verdadeiro pai para a comunidade, era o homem mais inteligente do povoado. Ele cuidava de todo mundo e o remédio que ele receitava era respeitado até mesmo pelos médicos formados da cidade, que sempre queriam saber qual foi o remédio indicado e faziam sinal de aprovação sobre a escolha.

A figura do velho mestre passando rumo ao Grupo Escolar Santa Terezinha com o livro debaixo do braço e com a palmatória pendurada por um barbante ainda é bastante presente na memória dos antigos alunos e dos demais moradores. Era um professor severo e que educava à moda antiga, utilizando inclusive castigos físicos para atingir seus objetivos pedagógicos. Os informantes que tiveram aula com Raimundo Leão Grangeiro confirmaram a rigidez com que o professor Grangeiro ministrava suas aulas, inclusive lembrando as palmatoradas recebidas, mas sem negarem a capacidade de

ensinar do ilustre lente da localidade.

Como na localidade não havia enfermeiro ou mesmo auxiliar de enfermagem, Raimundo Leão Grangeiro tomou para si a incumbência de cuidar da saúde dos moradores do povoado. Informações oriundas tanto de fontes orais quanto de documentação oficial colhida na página eletrônica do município de Pastos Bons levam a crer que ele foi responsável por mais de quinhentos partos e que cuidou da saúde de milhares de pessoas. Sua fama levava moradores de povoados vizinhos a se dirigirem à Santa Fé em busca de solução para seus problemas de saúde e isso, de certa forma serviu para impulsionar e dinamizar a escassa economia da localidade.

Outra particularidade que chama atenção é o fato de que Raimundo Leão Grangeiro é conhecido como primeiro motorista habilitado que conduziu um automóvel em Santa Fé, fato que aumentava a admiração dos moradores sobre sua figura. O carro que ele dirigia, um fusca modelo 1975 ainda se encontra ao lado da casa em que ele morou, sendo conservado pela família, assim como outros objetos pessoais.

No dia 29 de novembro de 2012, aos 75 anos, após passar por diversos problemas de saúde e de ser diagnosticado como portador do Mal de Alzheimer Raimundo Leão Grangeiro faleceu em Goiás, onde foi enterrado, mas suas histórias ainda povoam o imaginário dos moradores de Santa Fé.

## **A SANTA FÉ DE HOJE**

Conforme pode ser visto na imagem 2, capturada

pelo aplicativo Google Eather Pro, Santa Fé é uma localidade de reduzidas dimensões. São basicamente três ruas em que se concentram quase todas as residências da localidade. A que dá acesso ao povoado recebe o nome de Vitor Alves, encontra com a rua Deocleciano Barros e finalmente é interceptada pela rua Abraão Granjeiro, formando um T. É nessas ruas principais, que apenas recentemente foram asfaltadas e que receberam o nome de pessoas influentes na história do povoado, que grande parte do movimento acontece e onde estão localizados os comércio que suprem as necessidades básicas dos moradores, com a venda de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, medicações básicas, escassas peças de vestuário, relativa fartura de instrumentos para o trabalho no campo e, principalmente, bebidas alcoólicas.



Imagem 2: Visão panorâmica de Santa Fé. Fonte: Aplicativo do Google

A prevalência de instrumentos de trabalho à venda no comércio local pode ser justificada pela atividade exercida por boa parte dos moradores do povoado, que são trabalhadores ligados à lavoura e à criação de gado. Mesmo sendo em sua essência voltadas para a subsistência familiar, com plantações de soja, arroz, milho e feijão, além da criação de aves e suínos, percebe-se que parte da produção excedente é comercializada entre os moradores em uma espécie de feirinha, sendo as sextas-feiras o dia em que um animal bovino é morto e sua carne vendida na área central do povoado.

Dados colhidos na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que, no Censo de 2010, a configuração geral do povoado era a seguinte:

Nº de domicílios habitados	Nº total de moradores	Nº de moradores do sexo masculino	Nº de moradores do sexo feminino
122	554	293	261

Tabela 1 – Elaborada pelo autor deste trabalho com base em dados do IBGE

É possível inferir-se pelos dados expostos que o número médio de moradores na época do recenseamento era de 4,54 por residência e que o percentual de homens (53%) é superior ao de mulheres (47%) no povoado. Essa diferença se dá, possivelmente, pelo fato de que, mais ligado às lides com a terra, os homens deixam menos a região. Já as mulheres saíram em busca de estudos ou de trabalhos que não fossem relacionados diretamente com o campo.

Como o próximo senso deverá acontecer apenas em

2020<sup>1</sup>, durante o período de observação *in loco*, o pesquisador fez um levantamento expedito do povoado percorrendo todas as ruas. Como a observação se deu em um período de final de ano, quando o fluxo de chegada e saída de moradores é alto, não foi possível precisar o número exato de habitantes em Santa Fé, por isso os dados aqui apresentados são aproximativos, sem garantia de exatidão

O povoado inteiro conta, no final de 2016, com 162 imóveis, contando os públicos e os privados. Desses, cinco são, além de moradia, pontos de comerciais, dois são igrejas (uma cristã e uma protestante), um posto de saúde e uma escola pública. Alguns estão abandonados, como o da antiga escola municipal e do antigo clube do povoado, uma espécie de salão de festas. Percebeu-se que diversas casas foram recentemente construídas, com moradores que, ou se mudaram há pouco tempo para o povoado, ou pessoas que contraíram enlances matrimoniais e deram origem a novos núcleos familiares.

Mantendo-se constante o percentual de 4,54 habitante/casa, conforme indicam os dados do Censo/2010, e eliminando-se os prédios públicos, estima-se que a população atual seja de aproximadamente 717 habitantes, o que demonstra um crescimento populacional de cerca de 29% em comparação com o levantamento oficial feito em 2010.

A situação econômica dos moradores quase sempre pode ser notada a partir do material com que foi erguido o 1 Devido à Pandemia ocorrida em 2020, o Censo foi realizado em 2022, mas seus dados não foram consultados para fins de atualização deste estudo. (Nota do Autor).



imóvel e sua fachada. O padrão é o porta e janela levantado em adobe, tipo de tijolo artesanal fabricado pelos próprios moradores mais carentes, ou alvenaria, no caso de famílias com melhores condições financeiras. Poucas casas seguem um padrão mais arrojado e demonstram haver recebido um acabamento a base de cerâmica comum e/ou porcelanato. No geral, as casas são cobertas de telhas coloniais.

Algumas tradições persistem no povoado, apesar das inovações tecnológicas que vêm tomando conta do local. Durante o período de observação por exemplo, faleceu, de causas naturais, a moradora mais idosa do povoado, a senhora MC, que estava com 93 anos de idade. Seguindo os costumes, familiares, amigos e vizinhos se revezaram para velar o corpo durante toda a madrugada. Enquanto isso, alguns homens da família preparavam a cova. Pela manhã foi rezada uma missa de corpo presente e, logo depois, o cortejo fúnebre se dirigiu para o cemitério, que dista cerca de um quilômetro da sede do povoado. Cerca de uma centena e meia de pessoas, ao som de músicas religiosas e de orações consagradas pela Igreja Católica, seguiram o carro funerário que, equipado por um som de média potência, conduziu o ataúde até o local determinado. Quando o corpo desceu à cova, quase todos os presentes, pegaram um punhado de terra e jogaram sobre o caixão, o que, segundo a tradição, além de ser uma homenagem à pessoa falecida, como uma espécie de despedida, traduz também o desejo de cada uma das pessoas que jogaram a terra de não ser a próxima a falecer, segundo informou um dos acompanhantes do cortejo fúnebre.

O índice de violência de furtos e de assaltos no povoado é bastante baixo, praticamente desprezível, embora muitos tenham chamado atenção para o furto de galináceos nos quintais, mas relataram isso como algo normal, quase uma tradição local sem maiores consequências. Esse baixo índice de violência pode ser notado pela presença de grades em apenas uma das casas, poucas residências com portão de alumínio e pelas portas e janelas quase sempre abertas durante o dia até a hora que os familiares se recolhem para dormir. É comum encontrar diversas pessoas sentadas à porta das casas, conversando, jogando baralho ou dominó, bebendo ou simplesmente observando o movimento dos poucos transeuntes. Um visitante é bem recebido e geralmente é convidado a sentar-se e fazer parte da conversa, do jogo ou da roda de bebida. Mas geralmente uma das primeiras perguntas feitas tem a ver com as origens familiares do recém-chegado. A resposta não altera o grau de receptividade mas quase sempre conduz a conversa para histórias que lembram antepassados das pessoas presentes.

Dado o grau de familiaridade entre os moradores de Santa Fé, não são raros os casos em, querendo falar com determinado morador, um parente ou amigo, ao encontrar a porta aberta não bata palmas ou peça licença, vá logo entrando pela casa e se dirija aos cômodos mais reservados, como cozinha e quartos. Caso esteja no horário das refeições, o visitante é convidado a fazer parte da mesa, podendo ou não aceitar o convite. Contudo essa pessoa não precisa desculpar-se ou achar inconveniente o horário da visita, podendo tratar

de sua demanda, sem necessidade de voltar em outro horário para resolver o problema que a levou até o local.

No entanto, apesar desses aspectos culturais e comportamentais, algumas alterações já podem ser percebidas a partir da chegada de algumas inovações tecnológicas disruptivas ao povoado. Em todas as residências visitadas foi notada a presença de um aparelho televisor, que fica na sala e que serve, ora para distrair as crianças, com desenhos animados, ora para acompanhar as telenovelas ou os telejornais. Como o povoado fica em uma região afastada, o sinal das tevês abertas nem sempre é muito bom, então, além da televisão, as moradias contam também com uma antena parabólica e com um receptor de canais.

A partir de outubro de 2016, foi instalado pelo governo municipal um ponto irradiador de sinal de internet com acesso liberado a partir da rede intitulada governandocomvocê, em clara referência ao mandato da atual gestora municipal. O sinal atinge um raio de aproximadamente 150 metros a partir da origem, o que cobre uma parcela significativa das três principais ruas do povoado.<sup>2</sup> Com isso, pôde-se perceber uma bifurcação de efeitos de tal evento. Os mais velhos, quase sempre portadores de linhas telefônicas fixas e/ou de aparelhos celulares mais antigos, não compreendem essa nova forma de comunicação e desdenham dos mais jovens, que se concentram em pontos onde o sinal de internet é mais forte.

---

Com a presença do *wi fi* gratuito, algo que até pouco  
2 Atualmente, o alcance do sinal de internet é bem maior e o número de pessoas portando aparelhos celulares atinge quase toda a população do povoado. (Nota do Autor)

tempo era exclusivo de uma parcela limitada da população, passou a ser estendido a mais pessoas, criando também um novo fetiche de consumo por parte da população mais jovem: possuir um aparelho moderno que comporte aplicativos de comunicação instantânea. É possível então notar por parte dos membros de uma faixa etária mais jovem, grupos de adolescentes concentrados em um mesmo ambiente, mas sem diálogos orais entre si, pois a comunicação se dá por parte dos aplicativos. Apesar dessa aparente incomunicabilidade entre as pessoas essa informatização das relações pode apresentar diversos aspectos positivos, como, por exemplo, possibilidade de entrar em contato com parentes que moram em locais distantes e a abertura de novas formas de informação e de diversão.

## **SERVIÇOS BÁSICOS**

Água encanada, luz elétrica e serviços de comunicação são alguns dos elementos essenciais para o conforto, para a saúde e para o desenvolvimento de uma localidade. A possibilidade de ter água tratada em casa reduz as possibilidades de enfermidades além de prevenir alguns problemas físicos, ocasionados pela obrigação de levar para casa a água necessária para o uso doméstico. Com a luz elétrica, os alimentos podem ser acondicionados em geladeiras e congeladores, evitando que a comida se estrague, além melhorar a visibilidade durante a noite e de favorecer oportunidades de diversões.

Porém, no povoado de Santa Fé, essas benesses de-

moraram bastante a chegar. Foi em fevereiro de 1990 que a fiação de eletricidade foi levada à localidade. Nem todas as pessoas tinham condição de ter em casa os lampiões a gás, às vezes nem mesmo fogões a gás, restava, então, às famílias iluminarem a casa usando velas, lamparinas ou outros recursos que garantissem o mínimo de conforto visual durante a noite, apelando para a lenha e o carvão para processamento dos alimentos. Alguns informantes lembram que, quando as luzes dos postes foram acesas, a alegria tomou conta de todos e, na falta de fogos e artifícios, alguém se lembrou de pegar a espingarda e dar um tiro para cima, para comemorar o acontecimento.

Com a disponibilidade de energia elétrica, aparecem no povoado os primeiros aparelhos de televisão. Meses depois, alguns moradores puderam assistir à derrota do Brasil para a Argentina na Copa do Mundo da Itália, dividindo-se depois entre torcer para Alemanha ou Argentina na final do Campeonato, que foi vencido pelo time alemão.

Cerca de três anos depois, em janeiro de 1993, começaram a aparecer as primeiras ligações de água encanada no povoado. Uma das informantes lembra-se muito bem da data em que jorrou pela primeira vez água pelas torneiras de sua casa: 23 de janeiro de 1993, véspera do nascimento de uma de suas filhas. Antes desse evento, o abastecimento de água no povoado era feito por meio de poços que alguns moradores tinham no quintal de suas casas ou na fonte/chafariz que ainda existe na rua que dá acesso ao povoado, próximo à bifurcação das demais ruas. Provavelmente a escolha do local

do chafariz era estratégico, pois situa-se em um ponto praticamente equidistante para o acesso da maioria dos moradores a esse recurso natural. No entanto, moradores mais antigos recordam que antes da chegada da água encanada ou mesmo da instalação do chafariz público, a população recorria às numerosas fontes de riachos dos arredores para terem água em suas casas. O transporte desse recurso era feito em “lombo de jumentos ou cavalos”, ou mesmo em bilhas (potes), que eram levados na cabeça, principalmente de mulheres, por longas distâncias.

O esgoto, por outro lado ainda não é uma realidade para todos na localidade. As casas contam com fossas situadas nos quintais para escoamento dos dejetos e da água servida. Algumas residências já contam com banheiros no seu interior ou mesmo com “suítes”, mas a maioria conta apenas com os banheiros improvisados nos fundos dos quintais, o que pode causar problemas de saúde ou danos ambientais, pois as fossas podem contaminar o lençol freático.

Outro elemento importante que demorou bastante a chegar à Santa Fé foi o telefone. Até o final da década de 90 do século XX, quem queria se comunicar com algum morador dali deveria ligar para um posto da Telma (Telefonia do Maranhão), dizer para a telefonista com quem queria falar e voltar a ligar em um prazo estabelecido de acordo com a distância da casa do morador para o posto. Um mensageiro pegava uma bicicleta e ia comunicar ao destinatário da ligação a ser recebida. Às vezes, por problemas técnicos, a população ficava dias ou até semanas sem acesso à telecomunicação.

A Telma se transformou em Telemar (Telecomunicações do Maranhão), mas os problemas continuaram. Posteriormente, a empresa foi englobada pela Oi e, com a onda de privatizações, o acesso a uma linha telefônica ficou mais fácil e alguns moradores puderam instalar telefones fixos em suas residências. Tais aparelhos foram paulatinamente substituídos pela telefonia móvel.

A internet, por sua vez, chegou primeiro a algumas casas que tinham condições financeiras de arcar com os custos de uma assinatura de acesso à rede. O interesse primordial era manter contato com os familiares distantes por e-mail e depois por meio das redes sociais. Com as evoluções técnicas e o surgimento da possibilidade de compartilhamento do sinal, alguns moradores instaram roteadores e permitiram o acesso à rede sem fio, mas mesmo assim esse tipo de serviço não era disponibilizado para todos, pois os equipamentos eram geralmente protegidos por senhas. Próximo às eleições municipais de 2016, foi disponibilizado um sinal aberto de internet, o que facilitou a comunicação dos moradores do povoado com seus parentes e amigos que moram em outras cidades ou regiões. No entanto, mesmo com algumas pessoas tendo acesso a aparelhos relativamente modernos, como tabletes e smartphones, a única operadora de telecomunicações que atua na localidade só oferece linhas telefônicas fixas, com a população ainda sem acesso à rede de telefonia móvel<sup>3</sup>. Dessa forma, os aparelhos usados servem mais para acesso à internet pública e para uso

<sup>3</sup> Atualmente, além da rede pública, os moradores podem optar por acesso à internet por rede particular disponibilizada por operadoras de telefonia móvel. (Nota do Autor).

de aplicativos de comunicação instantânea do que para fazer ou receber ligações convencionais.

## **ECONOMIA**

Ao estudar o século XXI, Mészáros (2012, pág. 19) comenta que “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, mesmo assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente”. Essa rede de contradições de que fala o sociólogo húngaro pode ser notada em diversos lugares do mundo capitalista, sendo evidenciada pelo antagonismo existente entre capital e trabalho.

Em Santa Fé não é diferente. Embora grande parte da produção do povoado seja revestida para a sobrevivência dos moradores, o que ali é produzido é suficiente para satisfazer às necessidades básicas da população. Torna-se então necessário que o excedente seja transformado em mercadoria e trocado por dinheiro para que algumas outras necessidades sejam satisfeitas. Dessa forma, no povoado, a circulação do dinheiro se dá basicamente de três formas: 1) dinheiro que circula entre os moradores a partir do sistema de compra e venda de mercadorias excedentes; 2) dinheiro que acaba sendo acumulado por aqueles que detêm a mercadoria, vista aqui como “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”, conforme define Marx (2016, pág. 57); 3) O dinheiro que entra, seja a partir



de remessas feitas por parentes que moram em outras cidades, regiões ou países, por meio das subvenções das políticas públicas ou ainda da venda de produtos para o mercado externo, sendo que esses valores geralmente começam a circular assim que entram no circuito, passando a fazer parte de (1); 4) Dinheiro que sai da esfera local, seja pela compra de mercadorias necessárias à satisfação de necessidades como medicamentos, alimentação, utilidades domésticas ou transporte.

De modo geral, há a tendência de que

$$(3) \longrightarrow (1) \longrightarrow (2) \text{ ou } (4),$$

Ou seja, o dinheiro que entra, começa logo a fazer parte de um fluxo de circulação interna, para, finalmente sair novamente ou ficar acumulado nas mãos dos moradores mais abastados, mantendo um ciclo de desigualdades dentro de um cenário em que, à primeira vista, pode parecer repleto de igualdade de condições.

Durante o período de observação, pôde-se notar a presença de diversos vendedores itinerantes que aproveitam a passagem pelos povoados e comercializam vários produtos, como espelhos, utensílios de cozinha, produtos de cama, mesa e banho, além de verduras, frutas e carnes. Essas mercadorias são pagas em dinheiro vivo<sup>4</sup>, ou, em caso de um produto de valor considerado mais elevado, transformado em crediário,

---

4 Atualmente, algumas transações são realizadas também por meio de transferências via Pix, pois diversos moradores têm acesso à internet em seus aparelhos de telefonia móvel, o que dinamiza as transações financeiras. (Nota do Autor).

com a cobrança sendo feita porta a porta em uma data combinada entre as partes.

Podemos perceber que a economia de Santa Fé gira em torno de alguns pilares que se completam. De um lado estão as rendas obtidas através de aposentadorias rurais e outros benefícios, como o Bolsa Família. Tais benefícios acabaram por interromper uma prática que era muito comum não apenas ali, mas em boa parte do Nordeste. Uma das entrevistadas, atualmente moradora da capital maranhense, chegou a lamentar que “antes do Bolsa Família era muito fácil conseguir uma menina para trabalhar e estudar, mas agora essas garotas só pensam em ter filhos para receberem dinheiro, não querem mais sair daqui”.

Além da agricultura de subsistência com a venda do excedente, foi possível notar também que a economia local gira também em torno de algumas outras fontes de renda, como, por exemplo, quebra de coco babaçu, para venda da amêndoa (atividade predominante entre as mulheres), trabalho no campo (com plantações e criação de gado, principalmente nas fazendas que circundam o vilarejo), venda de artesanatos (quase sempre confeccionados em fios) e venda de serviços especializados (em oficinas mecânicas que consertam motos e automóveis, salões de beleza e barbearias improvisados e serviços de transporte, por conta da distância entre o povoado e a sede do município), produção de bebidas alcóolicas, principalmente cachaça, pois há vários alambiques nas redondezas. Há ainda que se levar em consideração a influência do comércio, sobrevive principalmente da venda de gêneros alimentícios,

bebidas e demais produtos de primeira necessidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Possivelmente fundado pelos senhores Vitor Alves, Abraão Grangeiro e Dioclesiano Barros – e suas respectivas consortes, o povoado de Santa Fé, que faz parte do município de Pastos Bons ainda apresenta muitos desafios para a elaboração de um esboço histórico mais aprofundado, já que praticamente não há documentação física e/ou material bibliográfico a respeito de sua fundação e desenvolvimento. Resta, então recorrer à memória dos habitantes da região para que seja feita uma reconstituição dos fatos e eventos que levaram à constituição do povoado.

Neste trabalho, tentou-se mostrar como se deram as transformações que levaram ao movimento migratório da antiga Santa Fé rumo à Feira, e à constituição de um vilarejo que, mesmo afastado da sede do município, consegue manter-se por décadas. Ao longo do estudo, foi feito um levantamento de como surgiu o povoado, seus fundadores e estudada a vida de um de seus mais ilustres filhos.

Mostrou-se também quando se deu a implantação de alguns serviços básicos ao povoado, como água encanada, luz, telefone e serviço de internet, e como isso impactou na vida dos moradores. Também foram vistas algumas questões relacionadas à economia local e como se dá o fluxo de capital e como vivem seus moradores.

Pode-se notar que, embora Santa Fé esteja geografi-

camente distante de grandes centros, ela não pode ser considerada um lugar isolado, pois seus moradores transitam constantemente para outras cidades, como São Luís, Flórida, Teresina e outras, em busca de tratamento médico ou de lazer, contando o povoado com alguns meios de comunicação (telefone, televisão, internet<sup>5</sup>), que servem como forma de interação das pessoas com outras localidades.

Este trabalho tem como uma das finalidades incentivar o surgimento de outros estudos não apenas sobre o povoado em tela, mas também sobre outras localidades que raramente são estudadas e que carecem de pesquisas que resgatem seu passado e que descreve alguns aspectos de sua contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 ed. São Luís: EdUfma, 2005.

CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios Maranhenses: Pastos Bons*. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão – Subsídios para a história e a*

---

<sup>5</sup> A popularização da internet no povoado favoreceu também o uso das redes sociais, tornando possível, a partir dos perfis de algumas moradores, visualizar e compreender o atual estágio do povoado e a relação de seus moradores com a localidade e seus entornos..

*geografia do Brasil*. 2 ed. Imperatriz: Ética, 2000.

COELHO, Celso Barros. *Tempo e Memória: Pastos Bons*. Imperatriz: ética, 2009.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORI, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 241-277.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Francisco de Paula Ribeiro: um pioneiro nos sertões de Pastos Bons. In: RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos Sertões Maranhenses*, São Paulo: Siciliano, 2002.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3 ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008.

MARX, Karl. *O Capital, crítica da economia política*. V. I. 34 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MÉSZAROS, Istvan. *O Século XXI: Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos Sertões Maranhenses*, São Paulo: Siciliano, 2002.



# GESTÃO, ARTE E AMBIENTE: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

**C**omo tema universal trabalhado dentro dos estudos transversais da Educação nos diversos níveis do ensino regular, os estudos ambientais podem ser vistos de diversos modos e de acordo com abordagens distintas, podendo serem explorados em disciplinas voltadas para as Ciências Biológicas (Biologia, Ecologia...), Jurídicas, Humanas (Geografia, Filosofia, História, Artes, etc.), Saúde (Educação Física, Medicina, Enfermagem, Psicologia, etc.) e até mesmo nas ciências aplicadas (Arquitetura, Engenharia, Física etc), desde que sejam devidamente contextualizadas.

<sup>1</sup> Texto inédito.

Sobre imagem da página anterior: Detalhe do cercado do campo de futebol da Reserva do Itapiracó. Foto tirada pelo autor deste e-book em dezembro de 2023.

lizados.

Então, todos os trabalhos que estejam vinculados às Ciências Ambientais acabam, de certa forma, em algum ponto, remetendo a teorias de outras áreas afins. É a partir desse pressuposto que realizamos este breve levantamento acerca do percurso teórico acerca dos estudos ambientais e seus relacionamentos com as diversas áreas do conhecimento humano.

Este trabalho trata-se de um levantamento de algumas das referências teóricas que utilizem ao longo da elaboração de minha tese de doutoramento, que tinha como objetivo maior estudar a percepção sobre ambiente e sustentabilidade na obra poética de José Chagas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho bibliográfico foi realizado a partir da releitura de algumas das principais obras teóricas estudadas na tese intitulada *Ambiente e Sustentabilidade na Poética de José Chagas*, de nossa autoria e orientada pelo professor doutor Gilberto Luiz Alves.

As obras foram agrupadas de acordo com seu foco principal de interesse: ambiente, direito, gestão ambiental e artes, e depois comentadas brevemente.



## **DAS LEIS ÀS LETRAS: UM PERCURSO DE LEITURA**

Inteiramente dedicado ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 assegura que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 2018, p. 68). Como pode ser visto, além de ser um direito de todos, o ambiente equilibrado deve fazer parte também de uma herança deixada para gerações vindouras, pois não é exclusividade apenas de uma ou de outra geração. Muito mais que um direito, essas relações do homem com o ambiente geram também uma espécie de obrigação para com a própria sociedade, independentemente de uma questão de época ou de configuração política devendo a preservação e a conservação ambiental serem preocupação inerente a todas as pessoas planeta

É sempre complexo tratar de um assunto tão amplo e que aborda uma grande gama de conhecimento. Os estudos ambientais relacionam-se diretamente com inúmeras outras ciências, que vão da Biologia até o Direito, passando por Geografia, Política, Filosofia, História, Música, Artes Plásticas e também pela Literatura em suas mais diversas matizes, pois todos esses conhecimentos podem ser utilizados na perspectiva de se alcançar um objetivo maior, que é o bem-estar das pessoas e de toda uma cadeia ecossistêmica da qual depende

a vida na Terra.

Autores como Aroucha Filho (2018), Dias (2015), Boff (2015), Alves (2014), Belo Filho (2012), Berté (2013), Silva e Przybysz (2014), Oliveira (2012), Silva (2011), Lovelock (2010), Zanom (2006), Dias (2004), Moraes e Torre (2004), e Carson (1969), entre outros, dedicaram parte de seus esforços na busca de unir todo o arcabouço teórico a prática de manter o planeta preparado para receber as novas gerações, em busca de um processo de sustentabilidade que protegesse o ambiente e a natureza sem causar dano às questões sociais e econômicas em um sistema capitalista que valoriza o lucro e no qual as condições econômicas se tornaram algo incontornável e sem possibilidade de retorno.

O objetivo deste breve estudo é mostrar como cada um desses autores contribuíram tanto para os estudos ambientais quanto para o desenvolvimento da ideia de sustentabilidade econômica e ambiental dentro da sociedade. Trata-se de um estudo bibliográfico, no qual as ideias dos autores com relação a esses assuntos serão discutidas e sintetizadas como forma de estabelecer-se raciocínio prático e lógico com relação a evolução dessas ideias ao longo da história.

Considerado um dos livros basilares na busca de um ambiente equilibrado, *Primavera Silenciosa*, da professora, ambientalista e cientista Rachel Carson (1907-1964), publicado no início da década de 1960 do século XX, demonstra grande preocupação com o uso indiscriminado dos agrotóxicos nas lavouras, o que fatalmente levaria ao extermínio de espécies que eram encontradas facilmente na natureza, mas que seriam

eliminadas indiscriminadamente durante o processo de uso de substâncias químicas que aparentemente eram inócuas para o homem e para o ambiente. Essa obra é considerada o ponto de partida para o longo processo de sensibilização ambiental que começou a tomar conta do mundo a partir da constatação de que haveria várias complicações para o homem e para a natureza no uso dos defensivos agrícolas, principalmente o DDT, que acabou tendo seu uso reduzido e posteriormente banido dos ambientes rurais e urbanos. Deve-se essa autora e a esse livro uma abordagem ao mesmo tempo científica, política e poética de um assunto que até então não era tão disseminado nas discussões cotidianas.

Menos poético e bem mais alarmante do que a obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, é a teoria de Gaia defendida pelo cientista James Lovelock (1919-2022). Bastante preocupado com as mudanças climáticas, com a falta de fontes de energia, de alimento e também com o aumento populacional e a conseqüente diminuição no número de florestas, o escritor criou uma teoria na qual a Terra é vista como se fosse um organismo vivo e que, contaminada e mal utilizada, estaria em risco eminente de um colapso que poderia levá-la à morte. Em sua obra, Lovelock chama atenção para inúmeros problemas ambientais que podem ter drásticas conseqüências a relação do homem com a natureza.

Uma educação ecossistêmica e planetária, na qual todos os elementos estão relacionados entre si é a preocupação dos professores Maria Cândida de Moraes e Saturnino de La Torre. Eles consideram que as questões ambientais deverão

ser tratadas também em sala de aula e que o relacionamento do homem com o ambiente precisa ser levado em consideração na hora da elaboração e execução de projetos que tenham como objetivo demonstrar que o ser humano é principal é responsável pela aceleração das alterações ambientais no mundo e deve responsabilizar-se também pelos aspectos que levem as pessoas a compreenderem que é necessário fazer algo para que as gerações futuras possam usufruir dos bens e das riquezas naturais de hoje. Dessa forma, em seu trabalho, os autores procuram harmonizar o currículo escolar com as necessidades planetárias, demonstrando que é possível levar discussões sobre ambiente para as aulas de diversas disciplinas, não apenas daquelas que são consideradas essenciais nos estudos ambientais, como Ciências e Geografia.

A educação ambiental é o foco dos estudos do professor Genebaldo Freire Dias, que vem dedicando parte de seus esforços acadêmicos para estudar e fazer seus leitores compreenderem as diversas etapas pelas quais passaram e ainda passam as questões ambientais no Brasil e no mundo. Em seu livro, além de trazer um exaustivo histórico da evolução do pensamento ambiental, de justificar a importância da educação para o processo de desenvolvimento sustentável, e de demonstrar como o homem, a natureza e o ambiente estão interligados, pois um necessita do outro para que o futuro na terra seja mais ameno, o professor Genebaldo Freire Dias também apresenta várias situações práticas nas quais a intervenção do homem deixa de ser negativa e passa à condição de necessária para preservação ambiental.

A educação ambiental e a sustentabilidade, bem como seus percursos históricos e suas confluências são detalhadas no livro do professor Reinaldo Dias, que faz um levantamento das principais dificuldades ambientais, sociais e políticas enfrentadas por que aspira a um mundo social, econômico e ambientalmente sustentável.

Na tentativa de compreender e explicar as origens e os destino do homem, o professor Yuval Noah Harari, embora não tenha como finalidade primeira falar sobre o ambiente ou a sustentabilidade, em seus livros *Homo Sapiens – uma breve história da humanidade* e *21 lições para o século 21* ajuda a compreender o processo histórico que acabou por levar o mundo à degradação e à iminência de um colapso, bem como deixa sugestões para que parte dessa situação seja revertida.

O ambiente, pelo viés das relações jurídicas, é estudado pelo professor Ney de Barros Bello Filho, que em seu trabalho busca demonstrar como as normas jurídicas podem ser aplicadas na defesa do ambiente e como Direito Ambiental se tornou um dos dogmas fundamentais na pós-modernidade, demonstrando a eficácia do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado nas relações entre particulares e dissertando sobre as garantias do direito fundamental ao ambiente, tudo amparado pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988, mas visto sob o prisma de um olhar preocupado tanto com o ordenamento jurídico quanto com a necessidade de preservação e conservação do ambiente em busca de um desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

A necessidade de uma gestão ambiental fez com que

os professores César Silva e Leane Chamma Barbar Przybysz estudassem os principais princípios da gestão ambiental com base nas políticas públicas relacionadas com a gestão de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, as normas de licenciamento ambiental e as leis relacionadas com crimes ambientais, demonstrando a necessidade de normalização na busca de proteção, conservação e preservação do ambiente natural, sem perder de vistas a necessidade de alavancar o progresso econômico, criação de empregos e o aumento da produtividade, mas sem causar prejuízo para o ambiente, para a sociedade atual e para gerações futuras.

Seguindo esses mesmos passos, o professor e pesquisador Rodrigo Berté escreveu o livro *Gestão socioambiental no Brasil - uma análise ecocêntrica*, no qual destaca a importância da multidisciplinaridade na questão ambiental, relaciona a gestão ambiental com a responsabilidade social de empresas e do setor privado, discute a gestão participativa na defesa do ambiente e demonstra as causas e consequências dos impactos ambientais no ambiente, na economia e na relação do homem com a natureza, citando também os principais instrumentos de proteção do ambiente, os tipos de certificação e responsabilidade social e enumera possíveis soluções para áreas degradadas com passivos ambientais.

O pesquisador Leonardo Boff, conhecido por seu envolvimento com o ambiente e suas relações políticas e sociais, é o autor do livro *Sustentabilidade O que é e o que não é*, no qual além de discutir as origens do conceito de sustentabilidade, as causas da insustentabilidade da atual ordem ecológica social e

o necessário relacionamento da sustentabilidade com o universo, o planeta Terra, a sociedade, o indivíduo e o processo educacional, tece também críticas ao uso frequente e irrestrito da palavra afirmando que "a maioria daquilo que vem enunciado como sustentável geralmente não o é" (Boff, 2015, p. 9).

Sustentabilidade, com seu histórico, aparato teórico, crítico e ideológico, é o tema central do livro *Manuale di ecologia: sostenibilità ed educazione ambientale*, de Aurelio Angelini e Piergiorgio Peluzzo, que trazem uma abordagem sociológica do tema, sem deixar de lado os termos técnicos específicos de outras áreas do conhecimento.

Em seu livro cuja segunda edição é de 2018 o professor e ambientalista José Carlos Aroucha Filho demonstrando grande interesse na preservação da fauna e da flora, bem como o uso adequado da água, a proteção dos povos indígenas e quilombolas, levantando também algumas questões com relação ao ambiente e a educação ambiental aos sistemas agroecológicos e orgânicos, as matas ciliares, o aquecimento global, o uso indiscriminado de agrotóxicos e os demais crimes ambientais em uma linguagem acessível, na qual os termos técnicos são utilizados com a necessidade de unir as práticas ambientais a um sistema acadêmico teórico, mas sem a necessidade de recorrer constantemente a termos isolados que poderiam confundir os leitores que ainda não tivesse o domínio técnico e teórico com relação ao assunto.

Saindo do campo da gestão ambiental, das leis e do relacionamento ecossistêmico entre o homem e demais seres vivos, os estudos ambientais também podem estar envolvidos

com elementos dos diversos tipos de arte como, por exemplo artes plásticas música e literatura, conforme será visto a seguir:

Em seu estudo *Águas que educam: o Pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense*, o professor e pesquisador Gilberto Luiz Alves demonstra que é possível a partir da análise de imagens e do relacionamento destas com textos poéticos, estudar diversas facetas ambiente, bem como a evolução social, econômica, política, artística e histórica de determinada região, destacando os saberes populares e as alterações ocorridas a partir do relacionamento entre etnias registradas por artistas plásticos, servindo tais estudos como forma alternativa de levantar dados que ajudem tanto a preservar aspectos mnemônicos, quanto ajudar na busca da preservação dos patrimônios imateriais de um povo ou de uma região.

O relacionamento das imagens sonoras do ambiente com a busca de uma educação ambiental é a base do estudo feito pelo professor Marco Aurélio da Silva que a partir de reflexões sobre o lugar constituído pela educador musical relaciona música educação e ambiente, demonstrando que a percepção sonora do indivíduo pode ser importante para a preservação ambiental.

A obra poética de Manoel de Barros foi o ponto de partida para o estudo da professora Elizabeth Oliveira que culminou com a edição do livro *Educação ambiental e Manoel de Barros: diálogos poéticos*. Nesse trabalho, a pesquisadora demonstra como a linguagem poética pode servir como base das percepções iniciais da educação ambiental as águas do



Pantanal a leitura do mundo poético e as imagens criadas pela obra de Manoel de Barros levaram a autora a demonstrar que é possível utilizar-se das construções poéticas para imiscuir nos leitores processo de sensibilização que pode levar ao desejo de proteção ambiental.

Essa linha de pensamento que demonstra que a literatura pode ser um instrumento pedagógico dentro da educação ambiental, que é o foco de nosso trabalho, também é defendida pela professora Ângela Maria Zanon, que em seu artigo intitulado *O lugar da literatura na educação: educação que deve ser ambiental*, mostra que um texto poético pode despertar sensações que levem à necessidade de preservação e conservação do ambiente, servindo como instrumento de sensibilização para discussões e tomadas de decisão.

## CONCLUSÃO

Em um trabalho científico, os percursos teóricos de leitura são variados, mas devem acabar convergindo para o foco central do objeto de estudo, neste caso específico, a tríade formada por literatura, ambiente e sustentabilidade. Contudo, quase sempre é preciso procurar outras fontes que esclareçam dúvidas e indiquem caminhos seguros. Foi o que fizemos neste trabalho, no qual elencamos alguns dos autores e obras que serviram de sustentação para a defesa da ideia de que dentro da poética do escritor José Chagas há elementos que remetem tanto aos cuidados e críticas ambientais, quanto às noções básicas de sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. *Águas que educam: O pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense*. Campo Grande: UFMS, 2014.

ANGELINI, A.; PIZZUTO, P. *Manuale di ecologia: sostenibilità ed educazione ambientale*. Milano: Ed. Franco Angeli, 2015.

AROUCHA FILHO, J. C. *Meio ambiente & práticas sustentáveis*. 2ª ed. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2018.

BERTÉ, R. *Gestão socioambiental no Brasil: uma análise ecocêntrica*. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BRASIL. Artigo 225 – do Meio Ambiente. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

CARSON, R. *Primavera silenciosa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

DIAS, R. *Sustentabilidade, origem e fundamentos*. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

HARARI, Y. N. *Sapiens, uma breve história da humanidade*. 30<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

HARARI, Y. N. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOVELOCK, J. *Gaia, alerta final*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

MORAES, M. C.; TORRE, S. L. *SentiPensar: fundamentos e estratégias para reencantar a educação*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, C.; PRZYBYSZ, L. C. B. *Sistema de gestão ambiental*. Curitiba: Intersaberes, 2014.

ZANON, A. M. O lugar a literatura na educação: educação que deve ser ambiental. VARGAS, I. A, et.al. *Educação Ambiental: gotas de saber – reflexões e prática*. Campo Grande: Editora Oeste, 2006.



# A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA POÉTICA DE ALEX BRASIL<sup>1</sup>

---

---

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é demonstrar como as questões ambientais são tratadas na produção poética do escritor, acadêmico e publicitário Alex Brasil. Sabe-se que nem sempre o fato de um escritor citar elementos da natureza em sua obra significa que ele esteja colocando-se a favor da natureza, do ecossistema ou da biodiversidade. Às vezes, como ocorreu durante a vigência da escola *árcade*, o cenário natural é utilizado apenas como pano de fundo para elocubrações do eu lírico, ou, como era comum nas produções românticas, como forma artística de

---

1 Artigo publicado inicialmente no livro *Literatura Maranhense: Ensaios sobre a Lírica Contemporânea*, organizado por Dino Cavalcante, Helena Mendes e Samara Araújo, em 2023. O artigo foi também publicado no *Jornal Pequeno*, na edição de 17 de dezembro de 2023.

Detalhe de imagem da página anterior: Casa típica do povoado de Santa Fé. Foto de Linda Barros, em 2022.

mostrar uma espécie de amálgama entre personagens e seus variados estados de espírito.

No entanto, há casos em que os autores aproveitam a literatura como forma de chamar a atenção dos leitores para algumas causas sociais, entre elas a necessidade de preservação do meio ambiente e o uso consciente e racional dos recursos naturais, esse é o caso da obra literária do poeta maranhense Alex Brasil, que dedica parte de seu talento a escrever sobre amores, críticas sociais e a defender o ambiente.

O trabalho está dividido em três partes: na primeira é feito um breve estudo acerca das relações existentes entre natureza, ambiente e literatura. A seguir, de modo também sintético, é feita a apresentação do escritor Alex Brasil e de sua obra. Finalmente, são analisados cinco poemas desse escritor, todos com a temática que norteia a elaboração deste estudo. Durante o processo de leitura crítica dos poemas, alguns teóricos, como Hobbes (2001), Lovelock (2010) e Aroucha Filho (2021), são utilizados como fonte para elucidação de algumas questões que são suscitadas no texto.

## **NATUREZA, AMBIENTE E LITERATURA**

Os elementos da natureza sempre fizeram parte do imaginário dos artistas desde tempos imemoriais. Dos mais rudimentares pictogramas até as mais sofisticadas animações digitais, sempre aparece nas composições dos artistas algum detalhe que remete à natureza. Com a literatura não é diferente. Há inúmeros casos em que os autores se utilizam da natu-

reza como forma de “pintar” uma paisagem e situar personagens em determinado ambiente. É o que ocorre, por exemplo, no canto XII da *Iliada*, onde está narrada a entrada de Heitor e seu exército no território dos gregos.

Isto excita e afervora. Em dia hiberno,  
Quando aos homens despede o Fulgurante  
Bastas lanças de gelo, eis calam ventos,  
Constante em flocos neva, dealbando  
Vértices, cumes, hortos, veigas, prados;  
Mesmo encanece o mar no porto e praia,  
Mas vaga assídua o branco véu desmancha  
Com que Júpiter cobre a natureza:  
De parte a parte, assim granizam pedras;  
Burburinho e fragor no campo ecoam.

(Homero, 2003, p. 285)

Na estrofe acima, não obstante a presença de palavras como hiberno (relativo a inverno), ventos, hortos, veigas (várzea), mar, praia, vaga (onda), natureza, pedras, céu e natureza, que indubitavelmente pertencem ao mesmo campo semântico e que remetem à natureza e a seus recursos, não é possível perceber-se, por parte do autor um interesse em organizar tais elementos de forma ecossistêmica, em uma cadeia de interdependência e de equilíbrio harmonioso. Ou seja, a natureza aparece no texto, mas não apresenta indicadores suficientes para demonstrar uma preocupação ambiental. A natureza, em casos assim, como ocorre também nas obras neoclássicas e românticas, não passa de uma mero pano de fundo ilustrativo,

de uma paisagem onde as personagens interagem, mas não demonstram preocupações com o uso adequado dos recursos ou com condições de sustentabilidade.

Algo bem diferente acontece no fragmento abaixo, retirado do livro *De lavra e de palavra*, de autoria do poeta paraibano José Chagas:

Indústrias poluindo lago e rio,  
chaminés maculando o azul celeste,  
bombas pondo veneno no ar sadio,  
como se o homem fosse a própria peste  
lançando à natureza um desafio,  
com essa ambição dourada que ele investe  
no avanço em febre de um progresso frio,  
teimoso a se alastrar de leste a oeste  
deixando a terra toda por um fio  
(Chagas 2002, p. 111)

É possível notar que nos versos acima José Chagas não utiliza palavras relacionadas ao campo semântico da natureza apenas como forma de dar brilho ao poema, mas sim como meio de denunciar o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, a poluição das águas, do ar e da terra, o desejo de lucro dos latifundiários e outras questões que vão além do âmbito da literatura, e que podem ser discutidas tanto no terreno educacional quanto nas conversas do dia a dia, pois, como defendem diversos autores (Aroucha Filho 2021; Costa, 2002; Costa e Alves, 2020), a educação ambiental é uma temática transversal que precisa fazer parte das discussões diárias.



## **QUEM É ALEX BRASIL?**

Alex Brasil é o nome literário do poeta, contista, cronista, compositor, jornalista e publicitário Alcenor Duailibe Garcia. Nascido no município de Codó, no dia 28 de dezembro de 1954, ainda na juventude transferiu-se para a capital maranhense onde concluiu seus estudos básicos no Centro Educacional do Maranhão. Depois ingressou no Liceu Maranhense, onde fez o antigo segundo grau. Cheio de dúvidas quanto a que carreira seguir, passou pelas faculdades de Engenharia Civil, Agronomia e Direito, vindo depois a graduar-se em Jornalismo e em Radialismo, pela Universidade Federal do Maranhão.

Sempre envolvido com a vida cultural de São Luís, Alex Brasil publicou até o presente momento mais de duas dezenas de livros e continua produzindo seus trabalhos, seja em verso seja em prosa. Em uma leitura de seus trabalhos, é possível perceber-se uma grande preocupação com os aspectos sociais, com ênfase em mazelas que afetam mais diretamente o bem-estar das pessoas, por isso são frequentes em seus trabalhos abordagens referentes à problemática dos menores abandonados, da corrupção, das crises financeiras, bem como um cuidado especial para com o ambiente e com a sustentabilidade, sempre em uma visão ecossistêmica. Além disso, esse poeta também faz uma abordagem bastante atualizada de temas românticos, que são vistos sob o olhar das modernidades.

A linguagem poética de Alex Brasil denota um sentimento de revolta por conta de sua determinação em protestar

contra os diversos desmandos que atravessam gerações, mas também trabalha com a leveza necessária para traduzir em poemas situações conflituosas que remetem a amores, desilusões e busca de dias melhores. Considerado pelo crítico literário Assis Brasil como “uma das vozes mais fortes da moderna poesia maranhense” (Brasil, 1994, p. 321), visto por Arlete Nogueira da Cruz como um poeta cuja “sensibilidade se volta principalmente para o drama social da cidade em que vive, transformando sua obra, com características muito pessoais, em forte denúncia em favor dos oprimidos” (Cruz, 2006, p. 230-231), e é considerado por Nauro Machado como um poeta “dono de antenas subterrâneas [que] canta em seus versos a problemática da solidariedade de um homem livre do absentismo daqueles que não querem ver, ou muito menos ouvir, os clangores e os roncões famintos dos horizontes massacrados” (Machado, 2017, p. 10).

Pode-se afirmar, a partir de uma leitura da produção poética de Alex Brasil, que ele bifurca sua obra em três temáticas principais: a) uma lírica amorosa ao estilo neorromântico; b) uma crítica social contundente; c) uma preocupação com as questões ambientais.

O livro *Razões do coração*, de 2000, é um excelente exemplo da lírica amorosa do autor, que é capaz de ver a mulher como “um anjo que não me guarda da tentação / mal que me é bendito / estrela-guia de minha perdição” (BRASIL, 2000, p. 55). Já em livros como *Meninos de São Luís* (1992) e *Pátria amarga, Brasil* (1998), é visível o interesse do poeta em fazer denúncias sociais acerca de temas que giram em torno

da condição de abandono de crianças e adolescentes, descumprimento dos deveres sociais por parte do Estado, corrupção e o descaso das autoridades para com a Cidade. Consciente de que “se o povo geme, / o poeta chora;/ se o poder ignora,/ o poeta sente”, Alex Brasil utiliza os versos como arma de combate e conduz o leitor por diversas trilhas onde um olhar crítico se faz sempre necessário.

A terceira vertente da poética de Alex Brasil atravessa sua obra e pode ser encontrada em diversos livros, contudo aparece de modo mais diferenciado em livros cujos títulos remetem diretamente a questões ambientais, como é o caso de *Planeta vermelho* (1979), *Ilha verde* (1995) e *Sangue azul da terra* (2017), por exemplo.

Alex Brasil é membro da Academia Maranhense de Letras, instituição na qual ocupa desde 2004 a Cadeira nº 30, patroneada por Raimundo Teixeira Mendes e fundada por Alarico da Cunha.

## **CRÍTICAS AMBIENTAIS NA POÉTICA DE ALEX BRASIL**

Vista por Nietzsche (1977, p. 102) com sendo uma “divisão rítmica que mais obscurece o discurso do que o esclarece”, a poesia pode ser considerada como “a mais condensada forma de expressão verbal” (Pound, 1997, p. 40). É a partir dessa capacidade de dizer muito mesmo com a utilização de poucas palavras, apelando até mesmo o silêncio e o vazio das páginas que o poeta, ao compor seus textos, arroga-

-se da prerrogativa de dizer e não dizer ao mesmo tempo, de utilizar as metáforas como forma de exposição de suas ideias e de defender seus ideais ora de forma explícita, ora de modo implícito.

Alex Brasil é o tipo de poeta que, conforme já foi expresso, usa o verso não apenas como vitrine para seu talento de cultor das palavras, mas também como arma de combate em busca de tentar contribuir para mitigar problemas sociais que lhe incomodam e contra os quais ele, como entidade física, não teria condições de enfrentar sozinho, mas que, na condição de poeta, pode chamar a atenção dos leitores para a correção de injustiças sociais.

A mendicância, a fome, o descarte irracional de resíduos sólidos e todo o processo de reificação do ser humano diante das injustiças sociais incomodam o poeta que, possivelmente, inspirado na obra do poeta pernambucano Manuel Bandeira, em seu famoso poema *O Bicho*, escreveu os versos abaixo, que têm como temática as péssimas condições de vida de uma criança que sobrevive dos produtos encontrados no lixo, conforme pode ser visto a seguir.

#### LIXEIRO

Disputando o lixo e a carniça  
com urubus e vira-latas,  
entre moscas, a criança tísica  
a vida no lixo cata.

Restos de plástico e metal

é o que procura o menino,  
ele, um resto industrial,  
descartável e sem destino.

É assim que cresce minha cidade –  
plantando miséria sobre o verde,  
perdida na fumaça, sem rumo...

lixeiro da insensibilidade  
que desumana a vida e fede,  
soterrando a esperança e o futuro.  
(BRASIL, 1992, p. 21)

Importante notar que o poema é extremamente imagético e que traça um quadro realista ao posicionar o menino no meio de elementos pútridos, animais e resíduos sólidos que podem ser reaproveitados com a hipotética desculpa da sustentabilidade e do progresso do ambiente urbano, mas que acaba deixando de lado o elemento humano, que também faz parte do cenário, mas, pelo menos aparentemente, não oferece oportunidade de ser reaproveitado fora daquele espaço destinado aos desvalidos.

A lembrança de que o garoto encontra-se adoentado (tísico = tuberculoso), remete também aos riscos ambientais aos quais as pessoas que vivem naquela condição de indigência estão submetidas por terem que conviver em um local cercado de lixo, fumaça, insetos e outros elementos que podem servir como fonte de enfermidades diversas. Sobre isso, Aroucha Filho (2021, p. 117) comenta que “vivemos em uma sociedade de risco ambiental iminente, parece que estamos na

correnteza de um grande rio em direção a uma queda livre”, e dentro de uma sociedade que preconiza o consumo, a saúde também se torna uma morda de troca. Moeda essa que o garoto parece haver perdido. Embora, como afirma Hobbes (2001, p. 96) a natureza tenha feito “os homens tão iguais, no que se refere à faculdade do corpo e do espírito”, é possível perceber, pela leitura do poema, que a sociedade é capaz de moldar diferenças e até mesmo levar o homem à condição de similaridade com alguns animais.

A desumanização do menino, que é descrito como sendo “um resto industrial,/ descartável e sem destino” (Brasil, 1992, p. 21) serve como uma crítica social sobre a descartabilidade do ser humano, já que, de alguma forma, os plásticos e metais podem ser reutilizados a partir de um processo de reciclagem, porém o ser humano e os animais, ou seja, a matéria orgânica estão destinados ao abandono e à putrefação, tudo em nome de um progresso que busca preservar o ambiente construído em detrimento de vidas e da destruição do ambiente natural.

E é esse descaso para com o ser humano e com a natureza que serve de mote para o poema seguinte, dedicado ao rio Bacanga, um dos principais rios da Ilha de São Luís do Maranhão.

Composto com base em uma relação temporal antitética que enlaça o passado e o presente do rio Bacanga a partir do olhar crítico e saudoso de um eu lírico que acompanhou a alteração do ambiente e não se conforma com o grau de degradação a que chegou aquele importante ponto da cidade.

Fica claro pelo texto que o eu lírico mescla conhecimentos adquiridos e memórias aparentemente vividas. Desse modo, há um retorno aos tempos remotos, quando o local ainda era habitado pelos indígenas. Esse passado, que remete ao estágio no qual o rio ainda não estava poluído, dialoga como a presença do mangue e de todo um ecossistema que conseguia conviver inclusive com a presença de elementos antrópicos que retiravam da natureza a fonte primária de sua sobrevivência, como é o caso dos pescadores que são citados no poema. Além do valor pragmático, o eu lírico chama a atenção também para o valor estético daquele conjunto harmônico.

O tempo presente é sintetizado pelo advérbio “agora” que inicia o último terceto do poema, em contraponto com a palavra “antes” que introduz as três estrofes anteriores. O uso da personificação no trecho “o rio chora de agonia” (Brasil, 1995, p. 29) demonstra que todo aquele cenário anteriormente descrito já não existe e, embora ainda viva nas memórias do eu lírico faz falta. Eis o poema.

#### Bacanga

Antes, ao olhar a água do Bacanga,  
eu sonhava com horizontes além-mar;  
via o índio guerreiro, a índia de tanga  
nas correntezas do rio a se banhar.

Antes, ao poeta, pouco importava a lama:  
ali a vida proliferava alegremente,  
e o cheiro salino do marisco e da escama  
vinham na brisa marítima, docemente.

Antes, o que importava era a ecologia  
em convivência com o rio, com o mar;  
com a beleza do barco e do pescador.

Agora, quando o rio chora de agonia,  
relembro Roma em chamas e Nero a achar  
que era um grande artista e não um predador.  
(Brasil 1995, p. 29)

Na mesma linha de denunciar a devastação dos ambientes natural, Alex Brasil concentra-se no que aconteceu com a lagoa do Sítio Santa Eulália, uma Área de Proteção Ambiental, mas que, desde a década de 1980, vem sendo alvo de inúmeras tentativas de ocupação irregular, o que tem acelerado os estágios de degradação. No poema, o elemento humano é representado pela metáfora de “humana fera” que, em sua sede de progresso acabou causando a destruição da lagoa que ali existia, conforme pode ser visto no poema reproduzido a seguir.

No Santa Eulália havia uma Lagoa Verde,  
Coroadada de buritizal.  
Até que a humana fera, com sede,  
engoliu a Lagoa Verde,  
e vomitou, no mesmo local,  
o progresso cinza e deserto,  
menos vida, porém, mais racional:  
para que o verde, se o lucro é certo?  
(Brasil, 1995, p. 95)



Nesse poema sobre o desaparecimento da Lagoa Verde, o poeta centra-se também na crítica ao capitalismo, já que a especulação imobiliária, a busca de moradia, a devastação da mata, o assoreamento das fontes naturais e o crescimento econômico parecem ser mais importantes e urgente que a preservação da natureza e de seus diversos atores. Para representar essa dualidade (progresso x ambiente), o poeta valeu-se do uso simbólico das cores na construção de seu texto. É possível notar que o verde inicial é engolido pela ganância humana e em seu lugar é implantado o império do cinza, sendo que o verde representa a vida, a natureza e as relações ecossistêmicas, enquanto que o cinza remete à desertificação, ao vazio e à morte dos elementos naturais.

No final do poema é possível perceber-se também, ainda dentro da crítica ao capitalismo, a dualidade existente entre o verde das matas e o verde das cédulas, quem aparecem representadas pela palavra “lucro”, ou seja, para os especuladores, o lucro pode vir de uma equação na qual as variáveis que precisam ser subtraídas estão relacionadas com a devastação de rios, matas e até mesmo do próprio homem, que pode ser visto, ao mesmo tempo, como vítima e algoz desse fluxo contínuo que tem como objetivos o progresso e o crescimento econômico, quase sempre sem preocupação com os aspectos da sustentabilidade.

Essa relação do homem com o próprio homem é a base do poema *Lobo de si mesmo*, cujo ritmo, temática e imagens remetem tanto à poética do poeta paraibano Augusto dos Anjos, em seu soneto *A última quimera*, quanto à tese defendida

pelo filósofo contratualista Thomas Hobbes (2001), defensor da ideia de que o homem é o lobo do próprio homem.

Lobo de si mesmo

O homem que nessa terra indefesa,  
É serpente da serpente;  
É predador de todas as presas,  
Inclusive de seus semelhantes...  
O homem que incendeia o verde,  
que envenena os ares,  
que propaga a fome e a sede,  
e a morte no arpão sobre os mares  
Esse homem, que assim se considera,  
senhor de toda a vida sobre a Terra,  
acha-se humano e não pantera;  
tão feroz em seu coração de fogo,  
que nos seus próprios dentes,  
será de si mesmo o lobo:  
esse homem, de si mesmo, a serpente.

(Brasil, 2017, p. 16)

Terra, água e ar, três dos elementos ambientais essenciais para a existência do homem no planeta são vistos como alvos dos desatinos humanos, que acaba utilizando o outro elemento – o fogo – como instrumento para depauperamento do ambiente e, conseqüentemente do próprio homem. É importante perceber que o poeta chama a atenção para o fato de que o animal humano se considera mais importante do que os demais seres. Ele não se considera como uma peça em uma engrenagem da biota, mas sim como “senhor de toda a

vida sobre a Terra” (Brasil, 2017, p. 16). Então, imbuído desse poder autoconcedido, o ser humano polui, mata e dissemina sede e fome por onde passa, tornando-se uma ameaça não apenas para a própria espécie, como para todos os demais seres.

Ao utilizar a metáfora da serpente, o poeta faz o texto dialogar também com alguns questionamentos míticos que consideram a serpente como parte importante do advento da expulsão do homem do paraíso. O paraíso, nesse caso, seria o ambiente ideal preconizado inclusive pelo artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, que deixa claro que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2018, p. 68).

Nota-se então que o homem, ao não respeitar os demais elos do ecossistema, torna-se o elemento de desequilíbrio do sistema, torna-se o “predador de todas as presas,/ inclusive de seus semelhantes” (Brasil, 2017, p. 16), ou seja, torna-se um lobo de si mesmo, que para alimentar-se deixa de importa-se com o bem-estar de seus semelhantes.

Essa conflituosa relação do ser humano com a natureza é o ponto de partida para o poema *Sangue azul da terra*, no qual o poeta revela ainda mais sua insatisfação com as interferências antrópicas no convívio do elemento humano com os demais atores do ambiente. Tal qual ocorre na chamada Hipótese de Gaia, defendida por James Lovelock, nesse poema,

o planeta é visto como um organismo vivo que necessita dos devidos cuidados para que não venha a perder sua força vital. As mudanças ocorrem de modo aparentemente sutil, fazendo com que não tenhamos “a menor ideia da gravidade de nossa situação” (Lovelock, 2010, P. 19). Mesmo assim, algumas modificações ambientais já podem ser percebidas a olho nu e são vistas pelo poeta com frutos da estupidez humana.

Em seus poemas voltados para a sensibilização dos problemas ambientais, Alex Brasil busca demonstrar que os males causados pelo elementos humanos e pela busca desenfreada de acúmulo de capital, tanto de forma individual como coletiva, trazem consequências para todos os seres vivos, a exemplo de desmatamentos, assoreamento do leito dos rios, alteração no ritmo dos biomas, disseminação da fome, desaparecimento de espécies e muitos outros males ocasionados pelo uso inadequado dos recursos naturais.

#### Sangue azul da Terra

Não posso entender tanta estupidez,  
se vejo o céu lacrimejar  
a ácida insensatez  
de quem deveria só te amar,  
Terra, espaçonave  
da vida tão rara,  
mãe de um único milagre,  
perdoa as nossas taras,  
se sangramos teu sangue azul;  
se mil vezes te matamos,  
mãe, ó mãe, logo tu,

que nos deste a vida, e não te amamos.  
(Brasil, 2017, p. 19)

No poema, é possível perceber-se que o eu lírico trata a terra como uma mãe que teve seu sangue azul constantemente derramado por seus próprios filhos. O sangue azul pode tanto remeter à nobreza quanto às águas, que são partes essenciais da vida na terra, já que, como informa Lovelock (2010, p. 87) “a vida na Terra é inteiramente dependente de água e três quartos do volume de quase todas as formas de vida são água”. Contudo, a falta de atenção desses metafóricos filhos a sua mãe e mantenedora tem como consequência desastres ambientais como os que já foram vistos nos poemas anteriores, mas acrescidos de chuvas ácidas, que, conforme já foi dito, são frutos da estupidez humana.

Em muitos outros poemas, Alex Brasil retoma essa temática ambiental, que acaba sendo uma das características marcantes de sua obra. Embora seus textos quase sempre tenham a capital maranhense como locus de interesse, fica patente que as descrições e as críticas socioambientais apresentam caracteres universalistas, pois os problemas apresentados não podem ser vistos como exclusividade de um ou de outro local, mas sim de toda uma sociedade enlaçada em características semelhantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poesia de Alex Brasil apresenta diversas temáticas. Entre elas, ganha destaque a problematização das questões sociais e ambientais, além de incursões no âmbito de um lirismo carregado de cenas amorosas com desenlaces felizes ou não. Chama a atenção o interesse do autor de *A solidão* é cinza pelos problemas ambientais e suas implicações no dia a dia das pessoas. Mesmo ambientando parte de sua obra em São Luís do Maranhão, é possível perceber que o estro desse poeta não se limita a trazer questionamentos locais e busca sempre alcançar um grau de universalidade em sua obra.

Neste artigo, foram estudados cinco poemas de Alex Brasil, distribuídos em diversos livros, mas sempre enlaçados pela temática ambiental, que abrange diversas vertentes. Desse modo, a vida de crianças que catam dejetos no lixo para dali tirarem seu sustento tem um viés ambiental, bem como a modificação da paisagem de um rio ou de uma área de proteção ambiental, ambos vítimas da presença ostensiva do ser humano, que modifica o ambiente de acordo com suas necessidades de exploração, nem sempre se preocupando com o futuro e as condições de sustentabilidade.

Para o autor, o homem é o grande responsável pelo estágio avançado de destruição do ambiente. Partindo do princípio filosófico levantado por Thomas Hobbes, Alex Brasil considera o homem como lobo da própria espécie e principal agente da não preservação da biota com todos os seus atores.

A poesia de Alex Brasil pode servir para incitar dis-

cussões acerca de assuntos ambientais e apresenta uma relação interdisciplinar que permite sua aplicação em diversos contextos, incluindo-se os acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

AROUCHA FILHO, José Carlos. *Educação ambiental e sustentabilidade nas escolas*. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2021.

BRASIL, Alex. *Sangue azul da terra*. São Luís: Unigraf, 2017.

BRASIL, Alex. *Ilha verde. São Luís*: Gráfica escola, 1995.

BRASIL, Alex. *Crepúsculo vinte*. São Luís: Star Gráfica, 1982

BRASIL, Alex. *Meninos de São Luís*. São Luís: Gráfica Escolar, 1992.

BRASIL, Alex. *Razões do coração*. São Luís: Unigraf, 2000.

BRASIL, Assis. *A poesia maranhense do século XX*. São Luís/ Rio de Janeiro: Sioge/Imago, 1994.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2018.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

CHAGAS, José. *De lavra e de palavra ou Campoemas*. 2ª ed. São Luís: Sotaque Norte, 2002.

COSTA, José Ribamar Neres; ALVES, Gilberto Luiz. Texto literário como instrumento de educação ambiental. *Revista de Educação Ambiental (REVB EA)*. [s.l.] 15 (7). Disponível em: <http://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10572>. Acesso em 05.01.2023.

COSTA, José Ribamar Neres. *Ambiente e sustentabilidade na poética de José Chagas*. Campo Grande: Uniderp, 2020 (Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional).

CRUZ, Arlete Nogueira da. *Sal e sol*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

HOMERO. *Iliada*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LOVELOCK, James. *Gaia: o alerta final*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

MACHADO, Nauro. Canto plural de um poeta solidário. In: BRASIL, Alex. *Sangue azul da terra*. São Luís: Unigraf, 2017

NIETZSCHE, Frederico. *A gaia ciência*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1977.

POUND, Ezra. *Abc da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1997.



# **SOBRE O AUTOR**

José Neres é graduado em Letras (Português/Espanhol), História, Pedagogia e Design Editorial. É especialista em Literatura Brasileira; Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa; Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Espanhola; Educação Ambiental e Sustentabilidade e Metodologia do Ensino de História. Mestre em Educação (UCB) e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (Anhanguera-Uniderp).

É professor da Rede Pública e da Rede Particular de Educação do Maranhão. É autor de diversos livros e artigos em jornais, livros e revistas especializadas. Publicou cerca de duas dúzias de livros, faz parte do Grupo de Estudo Gelma e do Grupo de Estudos Formas Poéticas do Contemporâneo. É editor da Revista Tijubina.

Faz parte da Academia Maranhense de Letras (cad. 36), da Academia Ludovicense de Letras (Cad. 38), da Academia Poética Brasileira (Cad, 04) e da Sobrames-MA. Também é membro-correspondente da Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (AICLA) e da Academia Vianense de Letras (AVL).

Escreve semanalmente, sobre diversos assuntos, no site Região Tocantina.





ISBN: 978-65-00-90471-0

---

Este e-book foi composto em Garamond 30,  
20, 14, 12, e Acumin Variable concept, 18, em  
dezembro de 2023.

---



Em nome de um aparente progresso, os habitantes da Terra maltratam o meio ambiente, ameaçam a integridade de todo o ecossistema e potencializam problemas que podem levar todo o planeta a um colapso em algumas décadas.

José Neres

